



Matheus Lima Targuêta

**Uma cruzada para a cidade:
Dom Helder Camara e as favelas do
Rio de Janeiro nas décadas de 1950 e 1960**

Monografia apresentada ao Departamento
de História da PUC-Rio como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de
Licenciado em História

Orientadora: Profa. Dra. Margarida de Souza Neves

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2017

Para os meus pais, Celso e Margareth,
e meu irmão Victor, porque são o lar para o qual eu sempre volto.

E para Lua Clara,
com quem compartilho as melhores lembranças,
e a certeza de que repetirei esta mesma frase daqui há muitos anos.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais, Celso e Margareth Targuêta, que tornaram este longo percurso não somente possível, mas, também, suportável e agradável. Não me faltou amor, carinho, cuidado ou zelo durante o caminho, e, por isso, eu não poderia ser mais grato. Meu irmão Victor foi companhia sempre presente, amigo que me trouxe sorrisos e gargalhadas durante momentos decisivos, descontração necessária em ocasiões que me fizeram enxergar as coisas com mais leveza.

Devo muito de quem sou, e, provavelmente, de quem serei, aos anos de aprendizado com a professora Margarida de Souza Neves. Nossas reuniões e encontros foram verdadeiros marcos em minha trajetória pessoal e acadêmica. Reduzir a importância desses anos de convívio ao resultado deste trabalho seria minimizar o tanto de conteúdo humano que conheci em uma historiadora que tomo como referência.

Tenho de mencionar um agradecimento especial à professora Maria Tereza Chaves de Mello. Não esqueço até hoje o dia em que me indicou para uma oportunidade de Iniciação Científica ainda no primeiro período da graduação. Receio não encontrar as palavras adequadas para demonstrar o quão decisiva aquela intervenção surpresa se tornou para mim.

Queridos amigos compartilharam comigo momentos maravilhosos de alegria durante estes últimos anos e, sem dúvida, foram responsáveis por renovar minhas energias em situações desafiadoras. Não poderia esquecer de Gabriel e Ingrid Quintanilha, que trouxeram o pequeno Isaque de presente, Luiz Phelipe e Rayanna Bárbara pelas gargalhadas no cinema ou na pizzaria, Ricardo Pereira e Camila Castro pela comunhão parceira em qualquer ocasião, e, também, Eduardo e Michele Nogueira pelos encontros cheios de nostalgia. Fernando Menezes, companheiro desde o primeiro passo há cinco anos atrás, Eduardo Gonçalves, um grande amigo cuja alegria é contagiante, e Igor Valamiel, de quem ouço os melhores comentários literários.

Também não poderia esquecer da amizade sincera de Helio Cannone, com quem fiz leituras que guardo com afeto, Pedro Fraga e Carol, que, além do pequeno Antonio, me presentearam com uma amizade cheia de ternura.

Finalmente, quero encerrar esta seção agradecendo a Lua Clara Souza da Fonte Ramos: namorada, companheira, amiga e parceira. Curiosamente, os anos que correspondem ao meu ingresso na universidade coincidem com a nossa união, e eu não poderia pedir por uma companhia melhor do que esta ao longo desses anos.

Resumo

Esta pesquisa investiga a criação e atuação da Cruzada São Sebastião, organização associada à Igreja Católica no Rio de Janeiro por intermédio de Dom Helder Camara, arcebispo auxiliar da cidade e idealizador da instituição durante os anos 1950 e 1960. Tais décadas correspondem a uma expressiva expansão das favelas pela cidade, o que alterou a escala e as implicações deste fenômeno sobre a dinâmica urbana carioca, potencializando-as enquanto: I) campos de disputas políticas, tensionados por diversos agentes e seus interesses, e; II) problema público de caráter urgente, concentrando uma série de intervenções. Desta maneira, toma-se a Cruzada São Sebastião como um indício que possibilita compreender as distintas interpretações e mobilizações em torno do processo de favelização carioca, especialmente aquelas relacionadas à Igreja Católica, uma vez que tal Cruzada propunha-se a “dar solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro”, como rezavam seus estatutos fundacionais.

Palavras-chaves:

Cruzada São Sebastião; Dom Helder Camara; Favelas; Rio de Janeiro; Fundação Leão XIII

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução | 6 |
| Capítulo 1 – As favelas e o Rio de Janeiro nos anos 1950 e 1960 | 9 |
| Capítulo 2 – Uma cruzada para o Rio de Janeiro | 28 |
| 2.1 – O conjunto habitacional Bairro São Sebastião | 29 |
| 2.2 – A Cruzada São Sebastião: diferentes frentes de ação | 42 |
| Conclusão | 56 |
| Bibliografia | 64 |

Introdução

Datas comemorativas convidam à reflexão, pois representam ocasiões de atualização coletiva das memórias compartilhadas. Exercício de caminhar por entre as fronteiras da lembrança e do esquecimento, exige atenção para com o direito democrático à memória, que interpreta o passado, significa o presente e projeta o futuro¹.

Neste sentido, é provável que poucas cidades tenham experimentado aquilo que o Rio de Janeiro vivenciou recentemente²: em meio a tantos megaeventos, como a Jornada Mundial da Juventude de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, uma expressiva data comemorativa, os 450 anos da cidade. As implicações destes acontecimentos pelo espaço urbano fizeram ecoar problemas historicamente persistentes no município. Dentre eles, a habitação popular carioca tematizou uma série de controvérsias em torno dos empreendimentos realizados com o intuito de atender as demandas da indústria turística, mas que passaram ao largo (quando não caminhavam na contra-mão) das reivindicações populares³. Novamente as favelas foram transformadas em campos de disputas centrais para as intervenções públicas ou privadas voltadas à memória, identidade e projetos desenhados para a cidade.

Faz-se significativo, então, um olhar atento para as habitações populares no Rio de Janeiro, a fim de observar seu percurso histórico e examinar as abordagens propostas. Dentre os lugares de moradia da classe trabalhadora carioca, a Cruzada São Sebastião ganha tons contrastantes, por ser uma organização associada à Igreja Católica, através de Dom Helder Camara, Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro e idealizador da instituição. Criada em 1955, esta iniciativa destacava-se por inverter o paradigma vigente até então - e também posteriormente - de remoção das favelas e dos chamados favelados para a periferia da cidade. Tratava-se de um esforço amplo, orientado para a construção de novas moradias e produção de suportes infraestruturais - o que hoje chamaríamos de urbanização

¹VELHO, Gilberto Cardoso Alves. Memória, identidade e projeto. In: _____. **Projeto e metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 97-105.

²GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas **do Rio de Janeiro**: História e direito. Rio de Janeiro: Editora PUC / Pallas, 2013. p. 33.

³AZEVEDO, Lena; FAULHABER Lucas, **SMH 2016**: Remoções no Rio de Janeiro olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

das favelas⁴. Além disso, a organização pretendia expressar a participação confessional católica frente às questões incontornáveis no cenário político e social do então Distrito Federal.

Neste sentido, o primeiro capítulo dedica-se a recompor uma gama de questões que conformavam, por um lado, as décadas de 1940 e 1950 como um período significativo de formação da favela carioca; e, por outro lado, sua configuração enquanto um tema central no debate público do Rio de Janeiro. Esta seção do trabalho busca remontar aos anos compreendidos entre o fim da ditadura estadonovista e o início do regime militar, para identificar as transformações ocorridas em pleno Distrito Federal, principalmente no que tange à renovada projeção assumida pelos barracos. Na esteira deste caráter contextual, também se pretende contemplar a historiografia referente às favelas da cidade no período em questão, com o intuito de elencar as discussões em pauta no momento em que a Cruzada São Sebastião é formulada.

O segundo capítulo debruça-se sobre a experiência dos primeiros anos de atividade da Cruzada São Sebastião. A partir de um estudo detido em seus meses iniciais de funcionamento, intenciona-se identificar o conteúdo religioso que permeava a mobilização da instituição: desde sua idealização pelo próprio Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro, até a concepção dos estatutos fundacionais e as manifestações inaugurais da organização. Esta abordagem procura problematizar a caracterização da Cruzada São Sebastião enquanto uma política pública voltada às favelas do Rio de Janeiro, designação esta que tem sido adotada usualmente pela historiografia, na medida em que diversas publicações não a diferenciam de outras entidades oficiais atuantes pelos morros da cidade⁵. Para tanto, procurou-se empregar uma documentação variada, que compreende atas de reuniões dos conselhos internos, fotografias e manchetes do noticiário local, a fim de estabelecer a particularidade que constitui a campanha encampada por Dom Helder.

Desta maneira, este trabalho pretende contribuir para os estudos acerca das

⁴VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 77.

⁵ OLIVEIRA, Samuel. “A Cruzada São Sebastião e a política de favelas no Rio de Janeiro”. **Anais do XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG)**. Mariana: UFMG, 2012.

instituições voltadas às favelas cariocas, na medida em que analisa de maneira mais detalhada o funcionamento da Cruzada São Sebastião. Ainda que a investigação não tenha atingido os registros legados pelos moradores que se beneficiaram do projeto, o esforço crítico aqui empregado buscou compreender as noções que orientavam a intervenção da organização, bem como as formas pelas quais ela interpretou seu contexto e articulou sua mobilização.

Cabe indicar, também, que as primeiras pesquisas em torno do tema em questão foram originadas enquanto Bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Memória da PUC-Rio. A princípio, o interesse principal daquelas investigações iniciais pretendia compreender a trajetória pessoal de Dom Helder Camara, que, em 1942, havia ingressado no corpo docente das Faculdades Católicas, quatro anos depois transformada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A intenção, então, residia em articular a dimensão biográfica do então Pe. Helder aos debates sociais e políticos nacionais, a fim de analisar as mudanças no perfil de sua atuação enquanto sacerdote durante o período de sua transferência para o Distrito Federal.

Posteriormente, por ocasião do falecimento de Maria Luiza Amarante em 2015, ex Secretária Executiva da Cruzada São Sebastião, amiga e assessora de Dom Helder, viúva de Edgar Amarante, engenheiro da Cruzada São Sebastião, professor da PUC-Rio, também amigo e assessor de Dom Helder, o Instituto Dom Helder Camara (IDHeC) foi chamado para receber a doação do acervo do casal. Tratava-se de um conjunto documental composto por cartas, publicações, registros e manuscritos de D. Helder, dentre eles a maior parte dos registros tratava da Cruzada São Sebastião. A fim de iniciar uma colaboração institucional entre o IDHeC e a PUC-Rio, foi entregue à guarda do Núcleo de Memória a parte da documentação que diz respeito ao Rio de Janeiro, em especial aqueles relativos à Cruzada São Sebastião (cartas, projetos, plantas baixas, atas de reuniões, contratos, manuscritos, fotografias). O contato com este arquivo possibilitou e animou os estudos que se seguiram, além de encontrar neste trabalho um esforço de aproximação inicial diante deste acervo rico em possibilidades.

Capítulo I - As favelas e o Rio de Janeiro nos anos 1950 e 1960

As favelas, como formas de habitação constitutivas da paisagem carioca, acompanham não apenas a geografia particularmente montanhosa da cidade, como atravessam sua história pelo menos desde o início do século passado. Hoje, numerosas publicações saúdam o centenário dessas construções e seus moradores, cuja permanência no perímetro urbano do Rio de Janeiro possibilita perceber uma tortuosa trajetória de formação da cidadania na famosa Cidade Maravilhosa¹. Inscrita nos bairros e ruas da cidade, tal história permite compreender determinadas contradições que permearam os rumos nacionais e imprimiram dinâmicas locais naquela capital que, até 1960, sediava o governo e a administração do país.

Neste sentido, por exemplo, é possível identificar como os anos seguintes ao golpe civil-militar de 1964 marcaram indelevelmente o panorama urbano da cidade com a institucionalização do programa de remoção das favelas, acontecimento esse que ainda hoje sensibiliza a memória carioca². Vale mencionar, a propósito, a evidente transformação do bairro Lagoa Rodrigo de Freitas, provavelmente uma das regiões mais favelizadas do Rio de Janeiro até os anos 1950 e área privilegiada pelas remoções do governo militar, em atual residência das classes economicamente abastadas da cidade, capazes, na visão daqueles que imprimem direção à cidade, de circundar a orla de um Patrimônio Cultural Brasileiro³. Cabe chamar atenção, também, para a alteração na geografia

¹Atualmente, é vasta a literatura que reporta a história das favelas há mais de cem anos, por isso não caberia aqui uma listagem de todas essas pesquisas. Para uma abordagem mais detida sobre o assunto, ver: ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.º. 2, p. 47-58, 1986. / ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 14, n.º. 37, 1994, p. 34-46. / ABREU, Maurício de Almeida. A favela está fazendo 100 Anos (Sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade). In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1993, Belo Horizonte. **Anais do V Encontro Nacional da ANPUR**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1993. p. 203-206. / ABREU, Maurício de Almeida; VAZ, Lilian Fessler. Sobre as origens da favela. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1991, Salvador. **Anais do V Encontro Nacional da ANPUR**. Salvador: ANPUR, 1991. p. 481-492. / ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

²AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. Golpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n.º. 1, 2014. / ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório Final da Comissão da Verdade do Rio**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

³É interessante notar que o decreto n.º 9396 de 13 de junho de 1990, que tomba a orla da Lagoa Rodrigo de Freitas, desconsidera o passado favelizado da região. Para um detalhamento das

das favelas pelo município, uma vez que grande parte de seus moradores foram compulsoriamente transferidos da Zona Sul, onde haviam construído suas redes de sociabilidade, rumo à Zona Norte e à Zona Oeste, para conjuntos habitacionais que dificultavam, quando não inviabilizavam, a manutenção daquelas relações sociais previamente estabelecidas⁴.

Os anos anteriores à ditadura militar, contudo, configuram uma relevante conjuntura na história do Rio de Janeiro, ainda Distrito Federal, à medida que antigos problemas relacionados à moradia popular tomam nova projeção. As décadas de 1950 e 1960 comportam uma significativa expansão das favelas pela cidade, o que alterou a escala e as implicações deste fenômeno sobre a dinâmica urbana carioca, potencializando-as enquanto campos de disputas políticas, tensionados por diversos agentes e seus interesses, e problema público de caráter urgente, concentrando uma série de intervenções.

Convém destacar, entretanto, que o período em questão não representa a gênese ou o marco-zero de tal situação, mas um momento expressivo do destaque renovado conferido à presença das favelas na cidade. Obras inaugurais a respeito do tema sustentam, inclusive, que “a favela não chama a atenção”⁵ até 1940, muito embora reconheçam certo lastro histórico na presença dessas construções. Ainda que tal leitura seja questionada por pesquisas recentes, atentas para um processo que remonta à Proclamação da República e passagem para o século XX⁶, é possível compreender a funcionalidade daquela hipótese por conta de dois fatores.

O primeiro deles trata da historiografia referente às favelas cariocas, que, além de ser relativamente recente, é composta majoritariamente por estudos de

políticas remocionistas no bairro da Lagoa, cfr. VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁴BRUM, Mario Sergio. “Irregular, ilegal e anormais”: O estigma como política de Estado e a remoção de favelas no Rio de Janeiro pela CHISAM (1968-1973). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.º. 4, 2010.

⁵PARISSE, Luciano. **Favelas do Rio de Janeiro**: evolução – sentido. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969. p. 23. / SOCIEDADE PARA ANÁLISES GRÁFICAS E MECANOGRÁFICAS APLICADAS AOS COMPLEXOS SOCIAIS DO RIO DE JANEIRO. Aspectos humanos das favelas cariocas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1960. p. 3.

⁶MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República**. 2008. 138 f. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2008.

natureza sociológica⁷. Todavia, isto não significa que tais trabalhos não se preocuparam em elaborar narrativas acerca dos eventos históricos que lhes interessavam. Pelo contrário, caracterizados por certa abrangência interpretativa, tais contribuições tanto auxiliavam na compreensão extensiva dos acontecimentos, quanto evidenciavam a necessidade de uma análise histórica pormenorizada. Como Brodwyn Fischer há pouco tempo chamou atenção a respeito dessa temática, as discussões que marcaram uma porção significativa de obras que tratavam do que a autora chamou de “cidades informais brasileiras”, principalmente no caso do Rio de Janeiro, foram atravessadas por certo efeito de “presentismo”⁸, dado que tais estudos pouco distanciavam-se temporalmente das crises contemporâneas inerentes ao processo de favelização carioca. Ainda que aqui não seja o espaço para averiguar a razão deste fenômeno, cabe a constatação de que essa fortuna crítica herdada pelo pesquisador contemporâneo requer uma assimilação atenta, especialmente no caso de historiadores interessados no aspecto processual dos acontecimentos e na experiência dos sujeitos envolvidos.

O segundo fator, por sua vez, está associado à distinção formulada por Maurício de Almeida Abreu entre a existência “*de facto*” e “*de jure*” das favelas cariocas⁹. De acordo com sua proposta interpretativa, em um primeiro momento as favelas eram percebidas pelo poder público sob a pecha da ilegitimidade e, por consequência, da transitoriedade, uma vez que tal estatuto supostamente irregular não lhes permitiria um envolvimento formal com a oficialidade do Estado. Em suas palavras:

Até 1930, a favela existe *de facto*, mas não *de jure*. Está, portanto, presente no tecido urbano, mas ausente das estatísticas e dos mapas da cidade; não é individualizada pelos recenseamentos. É considerada como uma solução habitacional provisória e ilegal, razão pela qual não faz sentido descrevê-la, estudá-la, mensurá-la. Para os poderes públicos, as favelas

⁷BRUM, Mario Sergio; KNAUSS, Paulo. “Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica”. In: FREIRE, Leticia de Luna; MELLO, Marco Antonio da Silva; SILVA, Luiz Antonio Machado da; SIMÕES, Soraya Silveira (Orgs.). **Favelas cariocas: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 121-140.

⁸FISCHER, Brodwyn. “A century in the present tense: crisis, politics, and the intellectual history of Brazil’s informal cities”. In: AUYERO, Javier; FISCHER, Brodwyn; McANN, Bryan (Eds.). **Cities from scratch: poverty and informality in urban Latin America**. Durham: Duke University Press, 2014. p. 9 – 67.

⁹ABREU, Maurício de Almeida. *Op, Cit.*, 1994. p. 34.

simplesmente não existiam.¹⁰

“A partir de 1940”, prossegue Abreu, “essa situação começa a mudar”¹¹. Em virtude da crescente ocupação das encostas dos morros, e até mesmo das regiões pantanosas, próximas aos afluentes postos de trabalho localizados na Zona Sul e Centro da cidade, por populações que já habitavam o Rio de Janeiro há algum tempo e migrantes oriundos de estados vizinhos, o governo municipal mobiliza seu empenho administrativo na direção destes agrupamentos que geram progressivo incômodo àqueles que lhes atribuem o signo da desordem. Inclusive, data deste período uma produção substantiva de documentos oficiais que serviram como fontes para a historiografia especializada afirmar, alguns anos depois, que: “A favela, no começo dos anos 40, se torna um problema urbano, um entre outros, mas já suficientemente importante para que a Prefeitura do Distrito Federal procure uma solução.”¹².

Atraídos pelo prestígio de cidade-capital¹³ do Rio de Janeiro, núcleo político do país, onde desde a virada do século buscou-se dar forma espacial ao mote positivista de ordem e progresso, volumosos contingentes de retirantes endereçaram seus destinos rumo à gigante imagem do Cristo de braços estendidos, inaugurada em 1931. Vindos de estados como Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Sergipe¹⁴, por exemplo, esses novos moradores atendiam aos prósperos interesses econômicos concentrados nos pólos empregatícios da Zona Sul e do Centro, associados aos mais diversos setores de atividade, desde os serviços ligados ao comércio, até empregos no domínio fabril e, também, aqueles de alguma maneira vinculados aos ofícios burocráticos. Com isso, a crise habitacional já conhecida pelos cariocas desde a época dos cortiços¹⁵, para citar um caso análogo, com destaque para a classe trabalhadora formalizada ou não, ganhou novos contornos com este afluxo de indivíduos recém-chegados.

¹⁰*Idem. Ibidem.*

¹¹*Idem. Ibidem.* p. 34-35.

¹²PARISSE, Luciano. *Op. Cit.* p. 26.

¹³NEVES, Margarida de Souza. “Brasil, acertai vossos ponteiros”. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Brasil, acertai vossos ponteiros**. Rio de Janeiro: MAST, 1991.

¹⁴PARISSE, Luciano. *Op. Cit.* p. 104.

¹⁵MATTOS, Romulo Costa. O recrudescimento da crise habitacional e a criação de leis de incentivo à construção de habitações populares no início dos anos 1920. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n.º. 1, 2015.

No entanto, como Leandro Konder sugere, em referência ao pensamento de Henri Lefebvre, “a cidade, pois, não engendra automaticamente a cidadania, mas passa a ser o lugar onde pode ser travada com melhores possibilidades a luta pela efetivação da cidadania”¹⁶. Tomando-se o caso do Rio de Janeiro nas décadas de 1950 e 1960, tal constatação mostra-se pertinente, uma vez que esses novos integrantes da trama urbana carioca engrossam as fileiras daqueles habitantes metropolitanos que já encontravam seu “direito à cidade”¹⁷ constantemente cerceado. Neste sentido, tanto o acesso aos instrumentos formais da cidadania (como o porte de documentos legais para a garantia de direitos constitucionais), quanto a possibilidade de usufruto dos recursos e equipamentos infraestruturais (como eletricidade, saneamento e encanamento, para listar alguns exemplos), apresentam-se vedados à distribuição democrática pelo território urbano.

A historiadora norte-americana Brodwyn Fischer explora essas contradições em dois artigos proveitosos para a discussão em pauta: *Direitos por leis ou leis por direitos? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo*¹⁸ e *Partindo a Cidade Maravilhosa*¹⁹. No primeiro deles, a autora aborda a índole excludente da legislação trabalhista empregada durante a presidência de Getúlio Vargas, apontando para o seu teor criterioso e seletivo que acabava por perpetuar desigualdades sociais historicamente herdadas pelos sujeitos mais pobres que, não raro, habitavam as favelas do Rio de Janeiro. Desta maneira, estes moradores foram expostos a situações onde suas demandas articulavam-se a reivindicações por solidariedade, manipulando o discurso caritativo de Vargas a seu favor, sendo afastados das exigências regulamentadas por direitos. No dizer da autora:

No momento em que um trabalhador tivesse carteira profissional e um emprego reconhecido, a batalha pelos direitos estava ainda iniciando uma escalada montanha acima, mas as lutas enfrentadas por esses trabalhadores eram qualitativamente diversas daquelas enfrentadas pelos pobres que não possuíam esses documentos. Ambos os grupos sofriam com salários

¹⁶KONDER, Leandro. “Um olhar filosófico sobre a cidade”. In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1994. p. 80.

¹⁷LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 4^a ed., 2006.

¹⁸FISCHER, Brodwyn. “Direitos por lei, ou leis por direito?”. In: **Direitos e justiça – histórias plurais**. LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli (Orgs.). Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 417-456.

¹⁹FISCHER, Brodwyn. “Partindo a cidade maravilhosa”. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Eds.). **Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007. p. 419-450.

injustos, falta de estabilidade no emprego e más condições de trabalho; ambos viam a si mesmos, de forma ampla, como "trabalhadores" que mereciam, tanto da lógica moral do Estado Novo quanto de sua própria, uma vida digna. No entanto, alguns podiam reivindicar essa dignidade como um direito reconhecido pelo Estado, a ser disputado na linguagem legal da cidadania; outros não.²⁰

No segundo artigo referido, Fischer complementa tais hipóteses observando a articulação entre pobreza urbana no Rio de Janeiro dos anos 1940 à 1960, com a identificação racial desses indivíduos. Desta maneira, a autora percebe que, apesar da aparente neutralidade racial da legislação urbana voltada ao então Distrito Federal, essas leis não deixavam de atingir aquela população que os migrantes rurais desse período passaram a integrar: os negros descendentes de escravizados que já povoavam a cidade e compunham seu mundo do trabalho. Nas palavras da historiadora:

Quando confrontado ao Censo de 1940, o Recenseamento de 1933 mostra que a habitação em barracos e a falta de instrução aparecem explicitamente correlacionadas à proporção da população identificada como não-branca. Num levantamento realizado em Santo Antônio em 1946, a grande maioria dos chefes de família é composta por migrantes rurais oriundos do interior dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, muitos dos quais provavelmente eram afrodescendentes. Finalmente, o Censo das Favelas de 1948 indicou que os afrodescendentes compunham aproximadamente 71% dos residentes em favelas, fato que não surpreendeu os analistas que consideravam "pretos" e "pardos" "hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas". Os moradores não-brancos não dominavam os morros na mesma proporção que os estereótipos populares dos capoeiras, sambistas e praticantes de candomblé sugeriam - os brancos compunham aproximadamente 30% da população favelada. Entretanto, a associação entre os afro-descendentes e essa singular expressão da pobreza e subcidadania era tão clara quanto o preconceito com o qual os moradores de favela eram observados.²¹

Esse crescimento populacional e habitacional da cidade, marcadamente após 1945 ao fim do Estado Novo, estendeu-se pelas décadas seguintes e foi orientado particularmente para o eixo Centro-Zona Sul, provocando o que Maurício Abreu chamou de “deslocamento do eixo de moradia”²². Deste modo, ainda segundo o

²⁰FISCHER, Brodwyn. *Op. Cit.*, 2006, p. 426.

²¹FISCHER, Brodwyn. *Op. Cit.*, 2007, p. 423.

²²ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO; J. Zahar, 1987. p. 67.

autor, foi conflagrado um problema de ordem funcional para a locomoção nesta região em virtude do aumento no fluxo de veículos particulares que ali transitavam, agravado pela ausência de túneis diametrais, e resultando no congestionamento da área. Assim, entra em voga a resolução dessa questão de deslocamento viário como mais uma das atribuições encaminhadas ao Estado durante os anos 1950. De acordo com Mauro Amoroso, os projetos de desmonte do Morro de Santo Antônio, um dos mais antigos e emblemáticos para a formação da ideia de favela na cidade, a fim de reorganizar as vias centrais do Rio de Janeiro, ganham força neste momento apesar de não serem originais dele²³.

Lícia do Prado Valladares e Edmond Preteceille até mesmo sugerem que “o ‘tipo ideal’ [de favela] se construiu a partir do Morro da Providência, mas também do Morro de Santo Antônio, bem menos conhecido, hoje desaparecido.”²⁴. Ora, se hoje este morro não figura mais no panorama urbano carioca, essa extinção certamente deve-se ao empreendimento iniciado na década de 1950 e concluído somente com o fôlego remocionista do governo de Carlos Lacerda na década posterior, depois de seguidas interrupções nas obras e resistências dos moradores que permaneciam no local²⁵. Amoroso sustenta, inclusive, a mobilização de motivações para além daquela da logística urbana como propulsoras para o arrasamento do morro e despejo forçado de seus moradores, sem a garantia de indenização, ao que as pesquisas indicam²⁶. Seu estudo, que analisa a cobertura fotojornalística realizada pelo periódico *Correio da Manhã* do desmonte, aponta para o desinteresse em retratar a favela que lá estava instalada e a população que nela habitava. Suas conclusões indicam que o conjunto fotográfico tomado como base documental voltava-se ao que ele chamou de “cobertura do progresso”, uma vez que os signos de modernidade que devastavam o morro e as casas (as escavadeiras, os caminhões e os tratores), eram associados à imagem do progresso e da modernidade técnica, em detrimento dos moradores, percebidos como símbolos do atraso e do subdesenvolvimento

²³AMOROSO, Mauro. **Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã**. 2006. 86 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006.

²⁴PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Lícia. "A desigualdade entre os pobres – favela, favelas". In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 459-485.

²⁵AMOROSO, Mauro. A favela faltou na foto: a cobertura do desmonte do Santo Antônio pelas lentes do *Correio da Manhã*. **Revista Cantareira**, Niterói, v. 1, n.º. 1, 2009. p. 1-30.

²⁶*Idem. Ibidem.*

nacional. O autor bem sintetiza o acontecimento: “a favela faltou na foto”²⁷. De forma perspicaz, Amoroso também constata que os debates no contexto nacional, acerca da transferência da capital para Brasília, articulam-se à questão das favelas no Rio de Janeiro, uma vez que os problemas da moradia popular carioca poderiam ser tomados como um fator desfavorável para a manutenção da imagem e do prestígio da velha capital. Nesse âmbito de disputas em torno da identidade de cidade-capital, onde as favelas são apresentadas como um elemento depreciativo, o historiador ressalta:

Tal fato não pode ser justificado por uma pretensa falta de importância dessa favela no cotidiano da cidade. A favela do Santo Antônio foi uma das mais antigas, estando envolvida no processo de descoberta e criação de formas de percepção desses espaços pela mídia e outros elementos da sociedade civil e do poder público. Também não foi uma das menores, conforme nos mostra o censo de 48: 1.500 casebres e 7.500 habitantes, sendo que a maioria das favelas relacionadas não chegava a 1.000 casebres, nem próximos a 10.000 habitantes. Sua pouca importância atribuída na cobertura faz parte de um processo de escolhas conscientes, em um momento específico do país e da cidade, marcado pelo desejo de exibição de progresso e desenvolvimento, além da manutenção da importância do Rio de Janeiro perante a nova capital federal em construção.²⁸

Permeando este quadro de instabilidade em relação às favelas e seus habitantes, há que se mencionar a conjuntura de abertura política pós-Estado Novo. No que diz respeito à moradia popular carioca, este período é caracterizado pela mobilização de diversas organizações em disputa pela intervenção e protagonismo nestas áreas, onde distintos projetos de cidade chocam-se. Dada a projeção que essas construções assumem na vida urbana do Rio de Janeiro, seja por conta de sua expansão pelos morros, ou devido aos novos sujeitos que integram o cotidiano das ruas, as condições visivelmente insalubres a que esses agrupamentos são sujeitados evidenciam o escalonamento da crise habitacional que assola a cidade, com implicações diretas no arranjo político da capital. Não somente como campos de disputas políticas interessantes para aqueles desejosos de imprimir sentido aos rumos do município, as favelas assumem, também, a proporção de um problema público urgente, relevante para a visibilidade nacional do Rio de Janeiro: daí a proliferação de uma série de empreendimentos

²⁷ *Idem. Ibidem.*

²⁸ *Idem.* p. 24.

concentrados nestas localidades²⁹.

Com o fim da ditadura varguista, então, novos atores sociais inseriram-se na arena política e advogaram suas pretensas soluções para o chamado “problema das favelas”³⁰. Logo, é oportuno recorrer à definição de “problema público” formulada por Marcelo Baumann Burgos e Maria Alice Rezende de Carvalho, na medida em que os autores colocam a questão nos seguintes termos:

Um problema público é o ponto de passagem obrigatório de todo e qualquer ator que pretenda realizar seus interesses em um contexto democrático. A violência no Rio de Janeiro, por exemplo, se tornou um problema público quando deixou de interessar apenas às suas vítimas preferenciais - em geral, jovens pobres e moradores de favelas e loteamentos irregulares - e começou a interessar também a outros segmentos da população, notadamente os grupos empresariais e financeiros diretamente ameaçados pelo esvaziamento econômico do município.³¹

É possível, ainda, desdobrar a definição acima em outro conceito também cunhado por Maria Alice Rezende de Carvalho, uma vez que a própria autora concebe ambos os fenômenos de maneira articulada. A noção de “cidade escassa”³², portanto, é representativa desta sensação bastante disseminada pela elite carioca dos anos 1950 e 1960, quando reclamações a respeito dos moradores de favelas apelam para uma espécie de superlotação populacional da cidade – principalmente dos bairros em progressiva valorização –, como o fator responsável pela favelização do município e pelo grau de precariedade material que atinge seus habitantes. Com este conceito, Carvalho nota que tal pressuposto não se sustenta de maneira autônoma, dado que o aumento demográfico por si só não contempla a politização que as favelas e seus moradores passam a incorporar. Desse ponto de vista, a historiadora concebe a seguinte formulação:

É claro que essa percepção coletiva de que o Rio se tornou uma cidade pequena em face de sua população não tem base em critérios [estritamente] demográficos. Uma cidade é

²⁹GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: História e direito**. Rio de Janeiro: Editora PUC / Pallas, 2013.

³⁰VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem ao favela.com**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

³¹BURGOS, Marcelo Baumann; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. A cidade como problema público: reflexão sobre o futuro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, **Prumo**, v.1, n.º. 1, 2015. p. 86–97.

³²CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cidade Escassa e violência urbana. Rio de Janeiro, **Série Estudos (IUPERJ)**, n.º. 91, 1995.

pequena, do ponto de vista político, quando não consegue prover de cidadania as grandes massas, isto é, não consegue contê-las sob a sua lei e guarda. Um teto, trabalho, saúde e educação são bens de cidadania porque a sua provisão tem a finalidade de garantir que os segmentos mais pobres da população possam se manter autônomos, ou se tornar libertos, das inúmeras redes de subordinação pessoal que se encontram presentes na base da sociedade carioca - as da contravenção, do crime organizado, das máquinas partidárias clientelistas, das igrejas, das entidades assistencialistas etc. -, para, como cidadãos livres, poderem tocar suas vidas privadas, atendendo apenas às regras impessoais e universais do jogo democrático.³³

A politização das questões em torno da moradia popular no Rio de Janeiro, então, adquire uma feição singular com o fim do governo de Getúlio Vargas, na medida em que a abertura política do então Distrito Federal possibilitou novos espaços de influência para a oposição. É na esteira desse processo que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) expande sua base de atuação junto aos bairros populares cariocas e, em 1947, conquista um número inédito até então de parlamentares eleitos logo nas primeiras eleições democráticas³⁴. Em números proporcionais, Rafael Soares Gonçalves estipula que o PCB recebeu cerca de 10% dos votos válidos nas eleições presidenciais de 1945, e, nos grandes centros urbanos, especificamente no Rio de Janeiro, tenha conquistado 27,5% desse quantitativo, o que revela uma significativa penetração desse partido em meio à população carioca³⁵. Além disso, soma-se também a nomeação de 15 dos 286 deputados da Assembleia Constituinte e um senador, que à época era o Secretário-Geral do Partido: Luís Carlos Prestes³⁶.

No que tange a relevância local, o PCB elegeu o expressivo número de 36% de representantes para a Câmara de Vereadores do Distrito Federal em janeiro de 1947³⁷. Inclusive, estudos recentes apontam para uma considerável participação de moradores de favelas nestas estatísticas, pois subir os morros e circular pelas regiões pobres do município constituiu um esforço contínuo do partido, pelo menos até 1964, quando o golpe civil-militar interferiu nesse contexto de maneira

³³*Idem. Ibidem.* p. 5.

³⁴FISCHER, Brodwyn. Democracy, thuggery and the grassroots: Antoine Magarinos Torres and the União dos Trabalhadores Favelados in the age of carioca populism. **Nuevo Mundo Nuevos**, 2013, p. 1-14.

³⁵GONÇALVES, Rafael Soares. *Op. Cit.*, 2013. p. 145.

³⁶*Idem. Ibidem.*

³⁷*Idem. Ibidem.*

mais drástica³⁸. Apesar de seu breve período institucional, que durou somente até 7 de maio de 1947, quando o presidente Eurico Gaspar Dutra revogou sua legalidade e cassou os mandatos dos comunistas eleitos, a atuação dos partidários pelas favelas cariocas não apenas permaneceu, como também já dispunha de formas organizadas em torno das células e subcomitês comunistas, dos Comitês Populares Democráticos e das Uniões Femininas³⁹. A princípio, a articulação do PCB nessas localidades dava-se a partir de um esforço por mediar, ou até absorver, as pautas de reivindicação existentes nas organizações de bairro previamente constituídas. Ademais, como Rafael Gonçalves nota, a experiência daqueles que moravam nas favelas durante as décadas de 1950 e 1960 configuravam uma conjuntura favorável ao discurso da esquerda política, que tinha nessas habitações “um campo privilegiado da implantação comunista daquela época”⁴⁰. É característico desse contexto, também, o frequente interesse dos jornais e dos agentes da Divisão Política e Social da polícia pelas atividades comunistas nas favelas cariocas. Como observa o historiador:

O crescimento do número de favelados, a estigmatização imposta a eles, a ausência de serviços públicos e a repressão brutal da polícia nesses espaços constituíram naturalmente um conjunto de elementos que contribuíram para a expansão do ideário comunista nas favelas. Por outro lado, o PCB havia instalado vários ‘comitês populares democráticos’ em diversos bairros populares, e também subcomitês em algumas favelas, com o objetivo de intensificar a influência comunista junto às bases.⁴¹

É ilustrativo desse acontecimento, por exemplo, as lembranças do filósofo Leandro Konder em suas recordações publicadas sob o título *Memórias de um intelectual comunista*⁴². Nela, o autor conhecido nacional e internacionalmente pelo seu empenho filosófico de inspiração marxista, credits seu primeiro interesse ideológico ao convívio paterno. Seu pai, Dr. Valério Regis Konder, ingressou no PCB em 1934 e foi um quadro de importante atuação nos trabalhos do partido, onde logo lançou sua filiação á Aliança Nacional Libertadora em 1935, sendo que, um ano depois, foi companheiro de cela de Graciliano Ramos, tornando-se um

³⁸FISCHER, Brodwyn. The red menace reconsidered: a forgotten history of communist mobilization in Rio de Janeiro’s favelas, 1945 – 1964. **Hispanic American Historical Review**, v.1, n.º. 94, 2014. p. 1–33.

³⁹*Idem. Ibidem.*

⁴⁰GONÇALVES, Rafael Soares. *Op. Cit.*, 2013. p. 145-146.

⁴¹GONÇALVES, Rafael Soares. *Op. Cit.*, 2013. p. 145.

⁴²KONDER, Leandro. **Memórias de um intelectual marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

personagem das *Memórias do Cárcere*⁴³. Consta que vinte anos mais tarde, quando o Dr. Valério faleceu em 1967, ele já havia sido encarcerado vinte vezes por conta de sua militância⁴⁴. Dessa maneira, as escolhas políticas e partidárias do jovem Leandro Konder, que viveu seus anos de adolescência e juventude justamente nas décadas de 1950 e 1960, pois nascera em 1936 e ingressara no PCB em 1951, aludem à atuação do chamado Partidão pelas favelas nas seguintes lembranças: “Uma das nossas tarefas era subir o morro no domingo de manhã e distribuir material impresso do Partido. Um dia – 1º de julho de 1951 – fui preso em companhia de duas jovens companheiras. Como éramos todos menores de idade, fomos soltos no mesmo dia.”⁴⁵. Em entrevista sobre o mesmo tema, o filósofo rememora com humor seus anos de jovem ativista:

Eu fui um mal militante, eu era um cara de Zona Sul, um garoto de Zona Sul. A coisa mais importante na minha vida, no meu entretenimento, era a festinha de sábado à noite. E a coisa mais importante na vida de militante, era a tarefa de subir a favela, de subir o morro domingo de manhã. Então havia uma contradição brutal, pô. Eu saía da festinha quatro, cinco horas da manhã e tinha que acordar às seis, pô. Não dava, não dava...⁴⁶

É possível que a principal expressão da presença comunista nas favelas do Rio de Janeiro tenha se dado em 1952, quando foi criada a Associação dos Favelados do Morro do Borel. Àquela ocasião, os residentes daquele morro localizado no bairro da Tijuca enfrentavam uma série de processos judiciais, disparados tanto por proprietários que beneficiavam-se com a ocupação daquele espaço (através da cobrança de aluguéis ou venda de barracos, por exemplo), quanto por grileiros ciosos de vantagens financeiras com aquela situação⁴⁷. Ambos demandavam, legal ou até mesmo violentamente, a reintegração de posse daqueles terrenos ou a reparação monetária que aquela apropriação aparentemente indevida exigiria, o que implicaria no despejo sumário dos moradores. A fim de resistir a essas intimações, os habitantes da favela do Borel postularam apelações,

⁴³CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Valério Régis Konder. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/valerio-regis-konder>>. Acesso em: 05 set. 2017.

⁴⁴*Idem. Ibidem.*

⁴⁵KONDER, Leandro. *Op. Cit.* p. 29.

⁴⁶LEANDRO KONDER. A necessidade da filosofia – Parte 1. **Fundação Astrojildo Pereira**, 2010. Disponível em: <<https://youtu.be/-Ob5F3nVwJQ>>. Acesso em: 05 set. 2017.

⁴⁷VALLADARES, Lícia do Prado. *Op. Cit.* p. 76.

mediados pelo advogado Antoine de Magarinos Torres, que sugeriu o estabelecimento de uma organização: a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), “com o objetivo de angariar os recursos necessários para fazer frente às custas processuais e à sucumbência das decisões prolatadas.”⁴⁸.

Magarinos Torres, então, sustentado em um primeiro momento pelos moradores do Borel, concebeu a União dos Trabalhadores Favelados como uma instituição supralocal capaz de congregar o movimento associativo presente em diversas favelas e proporcionar-lhes uma plataforma comum de reivindicação⁴⁹. Ainda que os membros dispusessem de certa autonomia, é possível identificar uma considerável ascendência do advogado no interior da União, onde sua fotografia estampava não somente a capa dos estatutos da entidade, mas também a carteira número um da instituição⁵⁰. O pioneirismo da UTF residia justamente em seu caráter agregador das associações de bairros populares, assimilando certas pautas que já se encontravam formuladas pelos moradores e que eram compartilhadas pelo conjunto das favelas, além de elaborá-las sob a forma do discurso jurídico, a fim de construir uma via de acesso ao direito desses sujeitos. Mesmo que pesquisas recentes não tenham encontrado uma vinculação direta entre Magarinos Torres e o PCB, não faltaram indícios que apontassem nessa direção. Mauro Amoroso e Rafael Gonçalves ressaltam que, para além da constante atenção empregada pelo jornal comunista *Imprensa Popular* às atividades da UTF e seu líder, o próprio advogado desempenhou diferentes funções em campanhas ligadas ao PCB, por exemplo, como membro do movimento *Juristas pela Paz*, e coordenador do Comitê Carioca dos Partidários da Paz⁵¹.

A UTF empenhava-se em associar o morador de favela à condição de trabalhador, a fim de alimentar uma consciência de classe simultaneamente

⁴⁸GONÇALVES, Rafael Soares. *Op. Cit.*, 2013. p. 152.

⁴⁹AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. União como acesso à cidade: a UTF entre a história e a memória do movimento associativo de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.º 7, 2013. p. 175-190.

⁵⁰AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. O advogado e os “Trabalhadores Favelados”: Antoine de Magarinos Torres e a prática política nas favelas cariocas dos anos 1950 e 1960. Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**, v. 29, n.º 59, 2016. p. 707-724.

⁵¹AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. Memória hagiográfica e movimentos sociais urbanos: A militância de Antoine de Magarinos Torres Filho nas favelas cariocas. Rio de Janeiro, **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n.º 4, 2015. p. 707-730.

trabalhadora e favelada. Além de contar com membros que também participavam das lutas sindicais, esse duplo pertencimento territorial e classista corroborava para a expansão de um movimento contrário às representações sociais dominantes, que taxavam os favelados como sujeitos marginais e invasores de terrenos alheios⁵². Estimulava a militância da UTF, também, o fomento de uma solidariedade entre as favelas, capaz de promover reivindicações locais ao patamar de questões sociais mais abrangentes, além de patrocinar festas e confraternizações para o fortalecimento de uma rede apta a manter essas regiões politicamente coesas⁵³. A respeito desse caráter duplamente classista, Marco Marques Pestana destaca:

Essa rápida difusão e o grande fortalecimento da UTF constituem, aliás, uma importante evidência de que a nova entidade teria uma ampla capacidade de potencializar lutas da classe trabalhadora favelizada já em curso, [...]. Em termos teóricos, sua fundação num momento de intensificação das ofensivas contra os favelados corrobora os apontamentos de Thompson acerca da condição da luta de classes como palco para o desenvolvimento da consciência de classe, descartando a possibilidade de que a formação da classe e sua consciência constituíssem processos ahistóricos e sublinhando a natureza relacional desses conceitos.⁵⁴

Vale mencionar, também, que a multiplicação das ameaças de despejo não foi destinada exclusivamente ao morro do Borel. Várias outras favelas do período sofreram com alegações motivadas por interesses comumente escusos. Entre outros exemplos, é possível mencionar os casos das favelas localizadas na rua Barão de Petrópolis (1941), no Morro do Simão (1947 e 1951), no Jacarezinho (1951), na Rua Ati, em Jacarépaguá (1954), no Morro da União (1954), no Dendê (1954), na Santa Marta (1954), na Vila do Vintém (1955) e na Maré (1955), situadas majoritariamente em regiões próximas - quando não efetivamente integrantes - do Centro e da Zona Sul da cidade, espaços simbólicos da pujança econômica do Rio de Janeiro⁵⁵. Em alusão a este acontecimento, Gonçalves não hesitou em chamá-lo de “indústria da desapropriação”⁵⁶, dado que o aparente

⁵²GONÇALVES, Rafael Soares. *Op. Cit.*, 2013. p. 158.

⁵³PESTANA, Marco Marques. **A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954 – 1964)**. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2013.

⁵⁴*Idem. Ibidem.* p. 72.

⁵⁵FISCHER, Brodwyn. *Op. Cit.*, 2006. p. 446.

⁵⁶GONÇALVES, Rafael Soares. *Op. Cit.*, 2013. p. 179.

estatuto irregular das favelas, frequentemente nutrido por sujeitos que se aproveitavam da posição socialmente vantajosa que dispunham frente aos moradores dos morros, ocasionou brechas para a proliferação de ações judiciais e, inclusive, violentas perseguições em torno de conflitos fundiários. Não é fortuito que o historiador faça referência à experiência traumática das remoções ocorridas na década posterior como parâmetro para a escala das iniciativas de despejo nos anos 1950. Em suas palavras:

Apesar da ausência de uma política maciça de remoção dos favelados até os anos 1960, estes foram submetidos a intensas pressões por parte dos pretensos proprietários dos terrenos ocupados pelas favelas. A pressão imobiliária com relação a esses terrenos fez eclodir, durante os anos 1950, uma multiplicidade de processos judiciais, reivindicando o despejo dos favelados.⁵⁷

Conjugavam-se aos efeitos da especulação imobiliária nessas áreas, os correspondentes preconceitos sociais que deveriam impulsionar as medidas judiciais de despejo, dadas as representações depreciativas desses agrupamentos. Contudo, os habitantes das favelas não se comportaram de maneira passiva diante daquela situação desfavorável, e a resistência pela permanência em suas moradias não tardou a fazer-se necessária. Desde mobilizações como a criação da UTF, como foi mencionado, também se realizou intervenções mais diretas: como passeatas, protestos e manifestações pelas ruas e diante das redações dos jornais, além de acampamentos em frente às instituições da autarquia municipal⁵⁸. No entanto, ainda que a perseverança dos moradores das favelas tenha imposto barreiras ao ímpeto com que as ações de despejo eram lançadas, o êxito dos favelados foi tratado mais como uma tolerância concedida pelo poder público, do que uma efetiva conquista de direitos, abrindo o precedente fundamental para política remocionista do governo militar na década de 1960⁵⁹. Assim Fischer formula a questão:

Em inúmeros casos, a ameaça de despejo judicial provocava protestos dos moradores das comunidades e a mobilização política de vereadores e até de deputados federais. Os resultados variavam. Em algumas raras ocasiões, o governo municipal ordenou a expropriação da favela; mais frequentemente, a Câmara Municipal aprovava leis de

⁵⁷*Idem. Ibidem.* p. 152.

⁵⁸*Idem. Ibidem.* p. 181-182.

⁵⁹*Idem. Ibidem.* p. 194.

desapropriação que nunca encontravam apoio e financiamento da prefeitura. De qualquer maneira, no final, o resultado era praticamente o mesmo. As expulsões ocorriam raramente ou de maneira parcial; e seu preço político era muito alto diante da organização e da bem respaldada oposição dos moradores. Todavia, os residentes raramente recebiam títulos e a maioria vivia com o medo constante de que seu período de tranquilidade política um dia tivesse fim sob a fúria da violência policial ou o fogo de um incêndio provocado. A situação ilegal de suas casas os colocava numa zona da ilegalidade tolerada; ficavam nas suas comunidades, mas não podiam reivindicar seus direitos de cidadania numa cidade em que sua permanência representava só um momento de trégua.⁶⁰

Porém, ainda cabe identificar outro evento de monta que integrou essa gama de confluências que impactaram as percepções e representações das favelas neste período. Com o acirramento da polarização política e ideológica entre capitalistas e comunistas engendrada pela Guerra Fria no cenário internacional, em solo nacional esse antagonismo subiu os morros, como visto anteriormente. Nesse momento, as favelas podem ser percebidas como uma nova frente da disputa partidária através de uma série de artigos publicados pelo ainda jornalista Carlos Lacerda em 1948 e intitulada “A Batalha do Rio de Janeiro”. Em suas controvérsias nos jornais *Correio da Manhã* e *O Globo*, o polemista Lacerda propunha uma campanha para solucionar o que era considerado como o “problema das favelas”, apoiando-se na crise habitacional existente na cidade e transformando-a em capital político⁶¹. Seu objetivo era estabelecer uma terceira via, que não se aliasse ao poder, representado pelo Estado, nem ao contra-poder, representado pelo PCB, e implementar uma nova agenda de trabalho que possibilitasse maior controle político e ideológico nos morros, através da congregação dos diferentes agentes sociais, à exceção daqueles que eram o próprio foco dessa resolução: os moradores das favelas. Como afirma Gonçalves: “A multiplicidade de interesses em jogo e a construção de uma retórica por vezes imprecisa, por vezes ambígua, não permitiam que os favelados entendessem se a batalha era a seu favor ou contra eles”⁶². Segundo o artigo publicado no dia 26 de maio de 1948:

⁶⁰FISCHER, Brodwyn. *Op. Cit.*, 2007. p. 430.

⁶¹OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A “Batalha do Rio de Janeiro” e a representação da “favela”. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, 2010. Rio de Janeiro. **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio**. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2010. p. 1-9.

⁶²GONÇALVES, Rafael Soares. *Op. Cit.*, 2013. p. 147.

Se o governo quer eliminar as fontes do comunismo, comece por deixar que se melhorem as condições de vida dos favelados. Se os defensores da liberdade, que o governo ameaça por suas providências policiais, querem contê-lo, comecem por trabalhar para aliviar a tensão criada pela existência de focos de miséria de que se alimentam, ao mesmo tempo, os comunistas e a polícia, para se devorarem entre si, devorando, *en passant*, as garantias constitucionais.⁶³

Com isso, Lacerda não propunha integrar as favelas ao tecido urbano, mas tolerá-las. A Batalha baseava-se em uma representação dual do Rio de Janeiro e seus cidadãos: nos morros, os “focos de miséria” e, do outro lado, a dita boa sociedade responsável pelo engajamento que resolveria o chamado problema das favelas. Ainda que as discussões promovidas por Lacerda não advogassem pela consolidação das favelas, o discurso pretensamente alarmista da campanha se posicionava contra a presença comunista e as providências clientelistas fornecidas pela esfera pública. A despeito da massificação das favelas enquanto uma questão de ordem pública, os resultados concretos da Batalha do Rio foram pequenos. Lacerda, por outro lado, consolidou-se como principal figura da oposição de direita, o que, mais tarde, corroborou sua eleição para governador do estado da Guanabara nas primeiras eleições para o Executivo do Rio de Janeiro em 1960. Com este feito, Carlos Lacerda “acabou, evidentemente, legitimando os interesses econômicos ligados ao mercado imobiliário que contemplava, mais cedo ou mais tarde, a eliminação das favelas das zonas mais abastadas da cidade.”⁶⁴.

Além dos comunistas, somava-se também a importante atuação de organizações vinculadas à Igreja Católica pelas favelas da cidade. No entanto, a participação da instituição eclesial pelos morros cariocas não representava um fenômeno inédito, pois sabe-se que “em muitas paróquias funcionava um serviço assistencial às favelas localizadas em seu território”⁶⁵. Contudo, é digno de nota que somente com os anos entre o fim do Estado Novo e o golpe civil-militar de 1964 - isto é, as décadas de 1950 e 1960, de maneira mais abrangente – tenha sido possível observar o surgimento de entidades que extrapolavam as disposições internas de cada paróquia e voltaram-se à extensão das favelas pelo Rio de Janeiro. Em virtude do destaque conferido à dimensão física e política que essas

⁶³LACERDA, Carlos. Ao encontro do tempo perdido. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 26 mai. 1948.

⁶⁴GONÇALVES, Rafael Soares. *Op. Cit.* 2013. p. 149.

⁶⁵PARISSE, Luciano. *Op. Cit.* p. 175.

construções assumiam no cenário urbano, onde a presença dos comunistas tendia a tensionar ainda mais essa situação em uma conjuntura internacional de Guerra Fria, a Igreja, junto ao Estado, patrocinam a criação de duas instituições: a Fundação Leão XIII em 1947, e a Cruzada São Sebastião em 1955.

O decreto de fundação da primeira delas foi assinado por Hildebrando de Araújo Góis, então Prefeito do Distrito Federal, e Dom Jaime de Barros Câmara, o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro; além de ter sido dirigida, durante seus anos de funcionamento, por um dos bispos auxiliares da cidade: Dom José Távora. Vale lembrar que fora durante a administração de Góis que, no âmbito nacional, revogou-se a legalidade do PCB, o que conferiu contornos anti-comunistas mais precisos à essa união de forças com a Igreja Católica em 1947, precisamente o ano em que o chamado Partidão havia chegado à primeira colocação nas eleições municipais, conquistando a maioria das cadeiras no conselho municipal e dispondo de nítida vantagem sobre o Partido Trabalhista Brasileiro, o segundo colocado⁶⁶. Não era insignificante que, um pouco mais tarde, tenha-se passado a associar o lema “precisamos subir os morros antes que os comunistas deles desçam” à Fundação Leão XIII, como registra o famoso relatório *Aspectos Humanos da Favela Carioca* realizado pela Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais do Rio de Janeiro (SAGMACS-RJ) em 1960⁶⁷. Em resumo, “[...] cristãos e elites anticomunistas buscavam um projeto político para uma sociedade em plena reconstrução.”⁶⁸.

Estruturada em torno do que chamava Centros de Ação Social espalhados pelas distintas favelas da cidade, a Fundação Leão XIII apoiava-se no tripé educação, saúde e habitação para legitimar suas intervenções nessas regiões. Seu objetivo era fazer frente à chamada Ameaça Vermelha nos morros, principalmente através da competição pela hegemonia nesses espaços, desenvolvendo um trabalho de cunho assistencialista, visto que a Fundação não hesitava em adotar medidas controladoras e moralizantes no trato com os moradores das favelas. Neste quesito, as assistentes sociais que compunham seu efetivo exerciam “uma forte tutela sobre grupos populares”, visto que a Fundação propunha-se “com

⁶⁶VALLADARES, Lícia do Prado. *Op. Cit.* p. 112.

⁶⁷SOCIEDADE PARA ANÁLISES GRÁFICAS E MECANOGRÁFICAS APLICADAS AOS COMPLEXOS SOCIAIS DO RIO DE JANEIRO. *Op. Cit.* p. 38.

⁶⁸VALLADARES, Lícia do Prado. *Op. Cit.* p. 79.

exclusividade, até a primeira metade da década de 1950, a ‘função de recuperação social e moral’ dos favelados”⁶⁹. Acrescente-se, também, a promoção de melhorias em diversas favelas através de mutirões e de atividades de autoconstrução com o intuito de justificar sua influência pelos morros. Originária de uma ala relativamente mais conservadora da Igreja Católica, a Fundação Leão XIII recebeu o apoio de políticos aliados à União Democrática Nacional (UDN)⁷⁰, partido de oposição aos comunistas. Como Victor Vincent Valla sublinha:

A finalidade declarada da [...] [Fundação Leão XIII] em seus estatutos era de ‘dar assistência material e moral aos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro’. Para operacionalizar esta proposta, [...] [ela] propôs-se a manter ‘escolas, ambulatórios, creches, maternidades, cozinhas e vilas populares’.⁷¹

O segundo empreendimento católico, a Cruzada São Sebastião, será abordado com mais vagar no capítulo seguinte, pois aqui tratou-se de observar as condições de possibilidade que lhe antecederam e compuseram o contexto no qual viria a inserir-se, que a condiciona e do qual faz parte.

⁶⁹GONÇALVES, Rafael Soares. *Op. Cit.*, 2013. p. 150.

⁷⁰VALLA, Victor Vincent. “Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980”. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 1, p. 284, jul./set., 1985.

⁷¹*Idem. Ibidem.*

Capítulo 2 - Uma cruzada para o Rio de Janeiro

Em 1955, ao final do 36º Congresso Eucarístico Internacional, que inaugurara as obras no Aterro do Flamengo, construído com as terras provenientes do desmonte do Morro de Santo Antônio¹, o projeto daquilo que se tornaria a Cruzada São Sebastião foi formulado por Dom Helder Camara, então Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro.

Ao escolher para seu projeto o título de “cruzada”, Dom Helder deixa transparecer com clareza o horizonte norteador de sua iniciativa. Pretendia empreender um grande movimento, capaz de mobilizar toda a cidade, tal como o fizeram, nas cidades do Ocidente medieval, as cruzadas destinadas a libertar Jerusalém da presença árabe. Pretendia mudar o mapa do Rio de Janeiro, assim como as cruzadas da Idade Média mudaram o mapa do mundo então conhecido. Pretendia uma ação da Igreja Católica pautada pelo horizonte da cristandade, tal como as cruzadas da Idade Média estiveram pautadas pela mentalidade da cristandade medieval. Assim era a visão de mundo da Igreja em que Dom Helder fora formado, cujo pensamento e ação eram definidos pela teologia e pela pastoral originadas no Concílio Vaticano I, realizado entre 1869 e 1870, centrado no intuito de romanizar a Igreja, fortalecendo-se internamente a partir da ênfase na disciplina eclesiástica.

O título de “cruzada” indicava, portanto, que o Helder Camara da década de 1950 era um homem de seu tempo, como o são todos os homens de todos os tempos. E que, provavelmente, ainda guardava alguns resquícios de seus entusiasmos conservadores dos anos 1930, quando ingressou nas fileiras integralistas. Helder Camara foi um homem capaz de sensíveis mudanças ao longo de sua trajetória pessoal. Sua identidade de bispo da libertação dos pobres ou, na perspectiva de seus detratores, de “bispo vermelho”, foi uma construção que perpassou sua biografia e, enquanto um processo identitário, foi elaborado pouco a pouco, na perspectiva dos projetos de futuro que davam sentido a cada

¹SERBIN, Kenneth. “Church-State reciprocity in contemporary Brazil: The convening of the International Eucharistic Congress of 1955 in Rio de Janeiro”. In: **The Helen Kellog Institute for International Studies**, Notre Dame, n.º. 229, 1996.

momento seu, mas que não prescindiam da memória do vivido².

Para o projeto que desenhou em 1955, escolheu o nome de “Cruzada” e, como patrono, São Sebastião, o soldado romano que se fez cristão e que já era o padroeiro da cidade do Rio de Janeiro. Isso, talvez, porque sua campanha tivesse a ambição de transformar a cidade, começando pela eliminação das favelas, que deveriam ser substituídas por moradias dignas e dotadas de infraestrutura. Mas a Cruzada idealizada por Dom Helder teve um ato inaugural significativo: a construção de um conjunto residencial no Leblon para que nele viessem a morar as famílias provenientes da favela Praia do Pinto. Curiosamente, a memória da cidade terminou por reduzir as realizações, muito mais amplas, ainda que fragmentadas, da Cruzada São Sebastião dos tempos de Dom Helder no Rio de Janeiro unicamente a este conjunto residencial. De tal forma que, para os cariocas de hoje, a Cruzada São Sebastião se resume a este conjunto.

Voltemos à década de 1950 e ao empreendimento mais conhecido da Cruzada de Dom Helder Camara.

2.1 - O conjunto habitacional Bairro São Sebastião

Como foi mencionado no capítulo anterior, àquela altura dos anos 1950 vigorava, há quase uma década, a Fundação Leão XIII, encabeçada pelo amigo do recém-nomeado arcebispo Dom Helder, Dom José Távora. Vale notar, também, que apesar de nenhum dos dois sacerdotes terem nascido em terras cariocas – D. Helder era cearense, enquanto D. Távora era sergipano –, ambos fundamentaram suas trajetórias na hierarquia católica durante os anos em que atuaram conjuntamente no Rio de Janeiro, ao longo da década de 1950. De acordo com os biógrafos brasileiros de D. Helder³, a proximidade entre os arcebispos auxiliares⁴ era tamanha que, desde o encontro no Rio de Janeiro, quando moraram na mesma pensão para migrantes, se tornaram companheiros a ponto de, alguns anos mais tarde, D. Helder referir-se ao parceiro de batina chamando-o de “Eu”.

²VELHO, Gilberto Cardoso Alves. Memória, identidade e projeto. In: _____. **Projeto e metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 97-105.

³PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia**. São Paulo: Ática, 1997. p. 122-127, 390-400.

⁴Dom José Vicente Távora, Dom Jorge Marcos de Oliveira e Dom Helder Camara eram os Arcebispos Coadjuutores do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, responsável pela Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, durante a década de 1950. Cfr. ALMEIDA, Jorge Ferreira de; GOMES, Angela de Castro. **Jango: As múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 93.

De acordo com as recordações do próprio Dom Helder, quando entrevistado sobre sua trajetória pessoal pelo jornalista francês José de Broucker em 1977, o momento de idealização da Cruzada São Sebastião marca uma guinada decisiva em suas opções pastorais⁵. Aqui, a referência ao 36º Congresso Eucarístico Internacional é explícita, principalmente em relação a uma advertência do Cardeal Gerlier, de Lyon, logo ao final do evento que contou, inclusive, com destacado protagonismo de D. Helder à frente da organização⁶. Como relembra o arcebispo, o cardeal francês teria lhe abordado com a seguinte repreensão:

- Permita-me falar-lhe como um irmão, um irmão no batismo, um irmão no sacerdócio, um irmão no episcopado, um irmão em Cristo. Você não acha que é irritante todo este fausto religioso em uma cidade rodeada de favelas? Eu tenho certa prática em organização e por ter participado desse congresso devo dizer-lhe que você tem um talento excepcional de organizador. Quero que faça uma reflexão: por que, querido irmão Dom Helder, não coloca todo esse seu talento de organizador que o Senhor lhe deu a serviço dos pobres? Você deve saber que o Rio de Janeiro é uma das cidades mais belas do mundo, mas é também uma das mais espantosas, porque todas essas favelas, neste quadro de beleza, são um insulto ao Criador...⁷

Ao que D. Helder teria respondido:

- Este é um momento de virada na minha vida. O senhor poderá ver minha consagração aos pobres. Não estou convencido de possuir dotes excepcionais de organizador, mas todo o dom que o Senhor me confiou colocarei ao serviço dos pobres.⁸

Sabemos que a memória é fiel, mas também móvel, como afirma Jacques Le Goff⁹. A recordação de D. Helder sobre a advertência do Cardeal de Lyon, e sobre sua resposta, dista em muitos anos do vivido ao final do Congresso Eucarístico, mas se a formulação do cardeal francês foi efetivamente esta e se a resposta de Dom Helder foi aquela que ele reporta anos mais tarde pouco importa. É desta maneira, enquanto um empreendimento caracterizado fundamentalmente pelo apelo religioso, de significativo teor missionário, que, segundo as memórias de

⁵BROUCKER, José de. **Les conversions d'un Evêque**: entretiens avec José de Broucker. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

⁶PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Op. Cit.* p. 199-209.

⁷PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Op. Cit.* p. 233.

⁸*Idem. Ibidem.*

⁹LE GOFF, Jacques. "Memória". In: ROMANO, Rugiero *et al.* **Memória - História**. Enciclopédia Einaudi. v. I. Lisboa: Casa da Moeda / Imprensa Nacional, 1986. p. 46.

seu idealizador, a Cruzada São Sebastião foi concebida. Aliada à Fundação Leão XIII, a Cruzada marca a presença da Igreja Católica diante de uma das questões que atravessam a cidade no período: o crescimento do número das favelas e a configuração desses espaços enquanto campos de disputas políticas entre organizações interessadas em projetar sua representatividade local (no município), e nacional (no Distrito Federal), com o intuito de “servir aos pobres” e extirpar esse “insulto ao Criador”. Cabe salientar, entretanto, que apesar do envolvimento da Igreja Católica nos morros cariocas não significar uma originalidade deste período, pois sabe-se que “em muitas paróquias funcionava um serviço assistencial às favelas localizadas em seu território”¹⁰, é expressivo que somente com os anos 1950 tenham surgido órgãos capazes de extrapolar as disposições internas de cada paróquia. Possivelmente por conta da renovada projeção com que os problemas em torno da moradia popular carioca assumiam no cotidiano da cidade durante esse período.

Expressando novamente esse compromisso com os pobres como decorrência de sua fé e como horizonte norteador das intervenções da Cruzada, D. Helder retoma sua referência ao marco representado pelo Congresso Eucarístico e remete ao conteúdo religioso que permeava o comportamento da Cruzada São Sebastião. Como é possível perceber na carta de 1998 enviada à Paróquia dos Santos Anjos, igreja inaugurada na década de 1960 como obra da organização, D. Helder explicita o cunho confessional que lhe motivava. Assim recorda o arcebispo:

Em 1955, era então Bispo Auxiliar desta Arquidiocese, quando a cidade do Rio de Janeiro foi sede do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, realizado com extraordinário sucesso. A preparação cuidadosa desse magnífico evento nos levou a tomar consciência de uma realidade inquietante: o problema das favelas. O contraste entre as condições de vida na favela e a dos moradores ricos dos bairros era evidente. Impunha-se o desafio de enfrentar as necessidades imediatas de uma população miserável e faminta. Este foi um momento de virada na minha vida. Todo o dom que o Senhor me deu, coloquei a serviço dos Pobres.

Com o objetivo de dar solução humana e cristã ao problema das favelas da cidade elaboramos um ousado projeto: os moradores seriam transferidos para prédios de apartamentos.

¹⁰PARISSE, Luciano. **Favelas do Rio de Janeiro: evolução – sentido**. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969. p. 175.

Acreditamos que seria possível superar a luta de classes, aproximando-as, fazendo com que os pobres continuassem perto dos ricos, através da sensibilização dos moradores.¹¹

Escrita em 1998, a carta está pautada por um contexto diverso daquele de 1955 e assinada por um Dom Helder que também já não é exatamente aquele que fora o organizador do Congresso Eucarístico. Em sua versão de então, a tal “realidade inquietante”, protagonizada pelo “problema das favelas”, devia-se não somente à chocante desigualdade entre a “população miserável” e os “moradores ricos”, mas também ao esforço de “superar a luta de classes”, uma alusão combativa à retórica dos grupos de esquerda em atividade nos morros. Além disso, novamente a carta reforça a lembrança do Congresso Eucarístico como marco de origem da Cruzada São Sebastião e à mudança de perspectiva teológica do arcebispo (a “virada” mencionada repetidas vezes), agora referida em termos de um “serviço aos Pobres”, palavra grafada com uma maiúscula inicial na carta.

Essa continuidade entre o Congresso e a Cruzada pode ser percebida, também, no momento em que o arcebispo convida os mesmos empresários integrantes da Comissão de Finanças do Congresso¹² e a equipe de leigos voluntários da Ação Católica que o acompanhavam¹³, para compor, simultaneamente, o Conselho Consultivo e o Conselho Deliberativo da nova Cruzada. Além de negociar junto à autarquia responsável pelo material do Congresso a doação da madeira utilizada nos bancos da praça que sediava a solenidade, a fim de servirem ao início das obras da Cruzada como matéria-prima para reparos em barracos¹⁴.

De acordo com um dos primeiros documentos da Cruzada São Sebastião, localizado no acervo do casal Maria Luiza e Edgard Amarante, hoje sob custódia do Núcleo de Memória da PUC-Rio, é possível perceber a tônica do engajamento religioso que impulsionava seus articuladores. Oriundo da Secretária Executiva e

¹¹CAMARA, Dom Helder. “Carta à Paróquia dos Santos Anjos, por ocasião dos 35 anos da sua fundação. Recife, 12 agosto de 1998”. *Apud* SLOB, Bart. **Do barraco para o apartamento: a “humanização” e a “urbanização”** de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro. *Vakgroep Talen en Culturen van Latijns-Amerika: Universiteit Leiden, Holanda, 2002. p. 40-41.*

¹²Trata-se de Raul Oscar Sant’Anna, Victor Oscar Sant’Anna, Antônio Augusto Alves Sarda, Cezar de Saboya Pontes, Nelson Parente Ribeiro e Luiz Onofre Pinheiro Guedes. Cfr. PARISSE, Luciano. *Op. Cit.* p. 175.

¹³Além de alguns integrantes do Conselho Consultivo, trata-se de Maria Luiza Amarante, Edgar Amarante e Reynaldo de Mattos Reis. Cfr. PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Op. Cit.* p. 232-244.

¹⁴*Idem. Ibidem.*

de um dos engenheiros da instituição durante seus anos fundacionais, ambos amigos pessoais e assessores de D. Helder, além de membros dos conselhos estatutários, o fundo documental contempla algumas décadas de funcionamento do órgão. O manuscrito em questão, uma ata que registra a pauta das reuniões iniciais em papel timbrado da arquidiocese carioca, data de outubro de 1955 (apenas dois meses após a realização do Congresso Eucarístico) e intitula-se “Plano de intensificação da vida espiritual da Paróquia de Sta. Mônica”¹⁵. Nota-se, a princípio, a necessidade de estruturação oficial da empreitada, que se deseja prolongar e efetuar algumas das resoluções entabuladas pelo Congresso Eucarístico, propondo primeiramente a formação de uma ainda insípida “Comissão de Vida Cristã”, que compreenderia uma equipe de leigos voluntários cuja função seria executar os planos adotados pela Cruzada. Logo no primeiro item do manuscrito é possível ler:

I – Finalidades

1. Aproveitando as consequências benéficas do XXXVI C. E. I. [Congresso Eucarístico Internacional] e o pretexto excepcional de urbanização da Praia do Pinto, fazer passar sobre toda a paróquia um forte sopro de renovação sobrenatural.¹⁶

Desde então, a principal área de interesse da Cruzada já parece estabelecida: a favela Praia do Pinto, vizinha da Ilha das Dragas, Piraquê e Catacumba, que, juntas, estendiam-se até a orla da Lagoa Rodrigo de Freitas e cobriam uma área significativa do bairro Leblon, em crescente valorização. Inclusive, tal região – ou ao menos parte dela – era compreendida pela circunscrição da Paróquia de Santa Mônica, onde o arcebispo procurava “intensificar a vida espiritual” aproveitando “as consequências benéficas” do Congresso, e se observava “o contraste entre as condições de vida” entre pobres e ricos de que falaria em sua carta à Paróquia dos Santos Anjos anos mais tarde. Entre 1950 e 1960, tal localidade comportava, segundo Lícia do Prado Valladares, a maior concentração de favelas na cidade, formando um extenso complexo de barracos em plena Zona Sul carioca¹⁷.

No item seguinte do manuscrito observa-se uma estratégia empregada de

¹⁵CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. **Plano de intensificação da vida espiritual da Paróquia de Sta. Mônica**. Rio de Janeiro, out. 1955 – jan. 1956, 4 p. Acervo Núcleo de Memória da PUC-Rio.

¹⁶*Idem. Ibidem.*

¹⁷VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

maneira recorrente durante este primeiro momento de atuação da Cruzada São Sebastião: o fomento de festas e celebrações públicas no bairro Leblon, pelas cercanias da Praia do Pinto. Tais ocasiões continham significativa aspiração religiosa, frequentemente aconteciam em dias ou datas carregadas de simbolismo católico (como domingos ou feriados consagrados), e contavam com destacada participação do arcebispo auxiliar da cidade. Pelo que a ata indica, pretendia-se que tais ocasiões anunciassem as boas novas do projeto de urbanização destinado à área em questão, e até mesmo realizassem aquele “forte sopro de renovação sobrenatural” ao levantar informações e dados acerca das convicções e compromissos religiosos dos moradores. Assim a Secretária Executiva da Cruzada São Sebastião, Maria Luiza Amarante, registrava:

II – Pontos básicos do plano

1. A pretexto das comemorações da festa da urbanização:

- a) Descobrir todos os pagãos (crianças e adultos) da paróquia (favela ou não) promovendo batismo imediato das crianças e catequese para batismo dos adultos;¹⁸

Neste caso, é interessante notar o efeito de “pretexto”, termo empregado pela segunda vez no documento, que a festividade provocada pelo anúncio de urbanização suscitaria, deixando clara a centralidade da vocação missionária assumida pela organização. “Descobrir todos os pagãos”, “promover batismo imediato” e “catequese” não deixam margens para dúvidas sobre o interesse que mobiliza a equipe: o empenho proselitista. Um detalhe, porém, chama a atenção: o pequeno parênteses – “favela ou não” – expressa uma ambição que permeia o discurso da Cruzada por diversas vezes, isto é, o fato de que o empreendimento a ser promovido no Leblon diz respeito tanto aos moradores das favelas, quanto aos moradores dos apartamentos. Mesmo que esta indistinção não seja plena, convém ressaltar que esta é uma consideração relativamente pioneira à época, marcada até então por uma concepção essencialmente desigual entre aqueles que residem na favela, geralmente associados a condições não-humanas, e a classe economicamente abastada da cidade¹⁹. Ainda que não caiba exagerar o possível significado do uso desta noção, pois não serão poucas as vezes em que a própria

¹⁸CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. *Op. Cit.*

¹⁹VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 78.

Cruzada o contradiz, compete, todavia, indicar que ao menos retoricamente ela se apresentava.

A fotografia que segue abaixo foi feita em 30 de outubro de 1955, isto é, ao final do mesmo mês em que o manuscrito da ata anteriormente citada fora redigida. O retrato documenta o momento do discurso de D. Helder em um dos primeiros pronunciamentos públicos a respeito das obras projetadas oficialmente pela Cruzada São Sebastião. Tal realização, segundo uma ata datilografada de outra reunião no dia 11 de outubro, data associada à “festa do Cristo Rei” no calendário litúrgico²⁰. O evento teve lugar na praça Antero de Quental, ponto de referência central no Leblon, possivelmente por se tratar de um espaço relativamente permeável à reunião das distintas classes sociais presentes no mesmo bairro, onde os moradores das favelas, especialmente da Praia do Pinto, e aqueles dos edifícios locais poderiam atentar ao recado de D. Helder.



Figura 1: “Dom Hélder Câmara fala para uma multidão na Praça Antero de Quental, no Leblon, sobre a extinção da favela da Praia do Pinto e a fundação da Cruzada São Sebastião”. 30/10/1955. Fotógrafo desconhecido. Agência O Globo.

O registro, veiculado pelo jornal O Globo, focalizava o arcebispo auxiliar da cidade, dotando-o de centralidade não somente na imagem, mas também em relação à iniciativa. Como a própria legenda reiterava: “Dom Hélder Câmara fala para uma multidão [...] sobre a extinção da favela da Praia do Pinto e a fundação da Cruzada São Sebastião”. Próximo ao canteiro de obras erguido pela

²⁰CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. **Humanização da Praia do Pinto**. Rio de Janeiro, 11 out. 1955. 6 p. Acervo Núcleo de Memória da PUC-Rio.

organização para atender aos residentes dos barracos locais, revestido com as vestes e com os atributos episcopais canônicos, a cruz peitoral presa a uma grossa corrente e o vistoso anel episcopal – o que emprestava ao pronunciamento uma evidência do uso de poder simbólico e de sua força persuasiva –, o periódico divulga a seguinte exclamação do sacerdote: “No futuro, não haverá 'favelados', não haverá a diferenciação 'moradores do Leblon' e 'moradores da Praia do Pinto'. Serão todos, apenas, moradores do Leblon.”²¹. Mesmo que não seja possível verificar a fidelidade de tal citação, ou mesmo sua articulação com o contexto do discurso, ainda assim é expressivo que tal trecho tenha sido divulgado pelo noticiário, fornecendo um indício, no sentido forte empregado por Carlo Ginzburg²², sobre a recepção midiática das proposições da Cruzada. A saber, a profecia de uma “extinção da favela”.

Na “festa de Cristo Rei”, data litúrgica escolhida para o lançamento da Cruzada São Sebastião, a apresentação da primeira grande realização da Cruzada, contou com a presença ostensiva da equipe de leigos voluntários que atuaram para a realização das propostas aparentemente mirabolantes de Dom Helder ao lançar a Cruzada. Tais iniciativas compreendiam desde o levantamento do estatuto religioso dos moradores, como visto anteriormente, até a ação em todo o Leblon através de circulação de panfletos, campanhas telefônicas, distribuição de cartazes, avisos em missas, visitas domiciliares e divulgação pela imprensa (rádios e jornais), a fim de anunciar a presença da Cruzada São Sebastião e suas de atividades²³. Desta maneira, dado o empenho por atingir a gama mais variada possível de público, há que se destacar a ambição fundamentalmente confessional da instituição. A título de exemplo, pode-se mencionar a mensagem divulgada pela circunscrição de toda a Paróquia de Santa Mônica, que continha a seguinte mensagem:

Cruzada São Sebastião

Todo o pai e toda a mãe conscientes, tem gosto de ver os filhos estudando catecismo que é a lei de Deus.

²¹O GLOBO. Dom Hélder Câmara fala para uma multidão na Praça Antero de Quental. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 out. 1955.

²²GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

²³CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. *Op. Cit.*

Mandem as crianças para a matrícula no catecismo, domingo, às 4 horas da tarde em frente da Fundação Leão XIII.²⁴

Logo à primeira linha, a clara identificação de quem está a convocar o leitor do panfleto: a própria Cruzada. Segue, então, uma exortação e apelo moral aos responsáveis pelas meninas e meninos moradores das imediações da paróquia, expressa na fórmula “todo o pai e toda a mãe conscientes”. Tal formulação aparentemente vaga em uma leitura rápida, fica clara na continuidade da frase, que articula de maneira naturalizada o compromisso paterno e materno ao suposto “gosto de ver os filhos estudando catecismo”. Esta proposição, que a equipe da Cruzada São Sebastião presumia ser extensível a quaisquer sujeitos envolvidos em sua esfera de influência, tipifica o caráter pedagógico e moralizante adotado pela organização. Aqui, a catequese não significa apenas um momento de convívio e instrução religiosa, mas assume contornos de doutrinação devota, visto que trata-se da “lei de Deus” (no singular, posto que tomada como única e suficiente), dos códigos e normas que regulamentam a conduta ética daqueles que se pretendem fiéis. Finalmente, conclui-se a convocação com o imperativo “mandem as crianças”, a fim de que sejam devidamente fichadas e registradas no ato da “matrícula no catecismo”, a ser realizada nas dependências de um dos postos do Serviço Social da Fundação Leão XIII, que funcionava na Praia do Pinto. O lugar de matrícula indicado, o posto da Fundação Leão XIII na favela, e não a Paróquia, situada em uma das ruas do Leblon, definia melhor o público alvo da convocação, os filhos dos moradores da Praia do Pinto, e não todas as crianças do Leblon.

Mostrando solidariedade e cooperação, a Cruzada São Sebastião e a Fundação Leão XIII, demonstravam parceria e combinação de forças. Esse viés evangelizador, visível na atuação de Dom Helder e Dom Távora, não é desprezível, e por vezes deixa perceber medidas de vigilância e controle, quase como se tivessem sido retiradas do livro *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault²⁵.

Isso não apaga a miríade de formas empregadas pelos moradores das favelas em resistência e apropriação do ideário que constituía tanto a Cruzada São Sebastião quanto a Fundação Leão XIII, a fim de melhorarem suas condições

²⁴CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. **Todo o pai e toda a mãe conscientes...** Rio de Janeiro, s.d., 1 p. Acervo Núcleo de Memória da PUC-Rio.

²⁵FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

materiais de existência²⁶. Ainda assim, as cartelas de controle da frequência nas reuniões dos matriculados na catequese, promovida por ambas iniciativas católicas, impressionam por sua rigorosa sistematicidade, como o demonstra a imagem seguinte.

| CRUZADA SÃO SEBASTIÃO PARÓQUIA SANTA MÔNICA Frequência ao Catecismo Ano _____ | | | | | |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|
| Nome _____ | | | | | |
| Endereço _____ | | | | | |
| Turma _____ | | | | | |
| Catequista _____ | | | | | |
| JANEIRO | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo |
| | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta |
| FEBREIRO | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo |
| | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta |
| MARÇO | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo |
| | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta |
| ABRIL | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo |
| | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta |
| MAIO | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo |
| | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta |
| JUNHO | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo |
| | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta |
| JULHO | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo |
| | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta |
| AGOSTO | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo |
| | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta |
| SETEMBRO | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo |
| | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta |
| OUTUBRO | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo |
| | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta |
| NOVEMBRO | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo |
| | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta |
| DEZEMBRO | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo | Domingo |
| | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta | Quinta |

Figura 2: Cruzada São Sebastião – Paróquia Santa Mônica - Frequência ao Catecismo. s.d.. Acervo Núcleo de Memória da PUC-Rio.

Após aquele primeiro comício, que marcou o início das realizações da Cruzada São Sebastião diante da sociedade carioca, sua próxima manifestação pública se dará apenas alguns meses depois, no natal de 1955. A nova reunião deu continuidade à parte significativa das estratégias adotadas no evento anterior, pois permaneceram a escolha de uma data festiva do calendário litúrgico, a ampla mobilização dos meios de comunicação pelos voluntários, e os esforços por arregimentar a população local. Desta vez, porém, os propósitos catequéticos da organização assumem uma escala distinta daquela utilizada no lançamento da Cruzada. Desde a escolha da data, nada menos do que uma das principais festas do calendário litúrgico cristão, até o arranjo dos atos da festividade, o procedimento ritualístico da cerimônia, seus protagonistas e agentes, o tema da urbanização sequer figurou em seu planejamento, nem mesmo a título de pretexto, como anteriormente. É possível que haja algum outro documento desconhecido que ateste ao menos alguma menção aos projetos de urbanização, ou seria

²⁶SIMÕES, Soraya Silveira. “Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro”. Tese de doutorado em antropologia. Niterói: UFF/ICHF/PPGA, 2008. p. 154-203.

possível supor que durante a solenidade tivesse lugar alguma referência a essa questão. Contudo, se tal alusão existiu durante a comemoração natalina, ela foi secundária.

Planejada para acontecer em um local distinto do evento anterior, a celebração teve lugar na praça Belfort Vieira, durante a noite do dia 24 e madrugada do dia 25 de dezembro. De acordo com o anúncio escrito pela equipe da Cruzada São Sebastião, publicado dois dias antes da festividade no jornal *Correio da Manhã* sob o título “O mais belo Natal da cidade”²⁷, os principais atrativos da ocasião, ressaltados no subtítulo da manchete, foram a Missa do Galo celebrada por D. Helder, um “presépio vivo” encenado por artistas de teatro e “senhoritas da sociedade”, além do “desfile de pastores e pastorinhas”. Assim o anúncio divulgava:

Este ano a população do Leblon assistirá ao mais belo Natal da cidade. Promovidas pela Cruzada São Sebastião, as festividades comemorativas do nascimento do Senhor terão naquele bairro da zona sul um brilho excepcional, pois, além da tradicional Missa do Galo, que será celebrada na Praça Belfort Vieira por d. Helder Camara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, funcionará no mesmo local um presépio ao vivo, integrado por artistas de teatro e senhoritas da sociedade.

Os festejos começarão a partir das 22 horas, com seis grandes cortejos de pastores e pastorinhas, que desfilarão para o Altar ao som de música e cânticos religiosos.²⁸

Como se vê, nenhuma menção sequer à empreitada urbanística, ao menos não neste que é o único anúncio sobre o festejo natalino promovido pela Cruzada São Sebastião veiculado pelo *Correio da Manhã*. Logo ao início da notícia vê-se com clareza que “as festividades comemorativas” homenageiam o “nascimento do Senhor”, com destaque para “a tradicional Missa do Galo”, celebrada por ninguém menos do que o “bispo auxiliar do Rio de Janeiro”. A vocação evangelizadora do festejo não se atém apenas ao peso legitimador da presença carismática de D. Helder, mas também conta com o prestígio social devotado aos “artistas de teatro” e a deferência devida às “senhoritas da sociedade”.

Por último, faz-se referência àquela atração que abre os festejos: os “grandes

²⁷CORREIO DA MANHÃ. O mais belo Natal do Leblon. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1955, p. 2.

²⁸*Idem. Ibidem.*

cortejos de pastores e pastorinhas, que desfilarão para o Altar ao som de música e cânticos religiosos”. Apesar de o diminutivo ser empregado apenas para o grupo feminino de “pastorinhas”, denotando um aspecto de fragilidade ou vulnerabilidade infantil relacionado a noções de gênero, de acordo com o Itinerário dos Cortejos²⁹, não existe ala alguma que possa ser composta pelo grupo masculino de “pastores”. Tal documento, presente no acervo de Maria Luiza e Edgard Amarante, lista os seis grupos em procissão, todos eles compostos por “pastorinhas”: aqueles “da Praia do Pinto”, “do Parque Proletário”, “do Anglo”, “de S. José”, “de Nossa Senhora”, e “do Menino Deus”³⁰. Responsáveis por percorrer boa parte das ruas do bairro, tais comitivas, aparentemente, eram separadas por identidades locais, segundo a composição social do Leblon, e rumam, por caminhos distintos, “para o Altar ao som de música e cânticos religiosos”.

Por outro lado, observar as disposições estatutárias da Cruzada São Sebastião, estabelecidas no momento de sua fundação, pode se prestar a uma compreensão mais panorâmica acerca do tipo de intervenção que ela propunha, além de introduzir os propósitos perseguidos ao longo de sua atuação. Os cinco artigos iniciais, que expressam os interesses gerais da organização, foram revistos e publicados em 30 de junho de 1958. Assim rezam as cláusulas:

1. Promover, coordenar e executar medidas e providências destinadas a dar solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro;
2. Proporcionar, por todos os meios ao seu alcance, assistência material e espiritual às famílias que residem nas favelas cariocas; mobilizar os recursos financeiros necessários para assegurar, em condições satisfatórias de higiene, conforto e segurança, moradia estável para as famílias faveladas;
3. Colaborar na integração dos exfavelados na vida normal do bairro da Cidade;
4. Colaborar com o Poder Público e com entidades privadas em tudo aquilo que interessar à realização dos objetivos acima enunciados;
5. Colaborar em providências para o retorno ao campo de imigrantes de áreas subdesenvolvidas, atraídos pelas luzes da

²⁹CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. *Itinerário dos Cortejos*. Rio de Janeiro, s.d., 1 p. Acervo Núcleo de Memória da PUC-Rio.

³⁰*Idem. Ibidem.*

cidade e aqui transformados em favelados;³¹

Logo ao primeiro item observa-se que a Cruzada São Sebastião adere à caracterização, comum àqueles anos, das favelas enquanto um “problema” que, por sua vez, demanda “solução”³². Essa designação não está isenta de preconceitos sociais, na medida em que, como verificou-se no capítulo anterior, tais espaços concentram uma série de aspectos marcados com um sinal negativo aos olhos do poder público e da próspera burguesia carioca. Desde o aumento do número de favelas, sua composição majoritária de negros e migrantes de áreas rurais; a militância de ideologias tidas como subversivas e revolucionárias nesses espaços; até as condições visivelmente desiguais de moradia em barracos que atendiam às demandas dos edifícios sofisticados das zonas economicamente abastadas da cidade; não permitem estranhar, por exemplo, a insistente referência ao “problema favela” nos noticiários da cidade³³.

No entanto, a novidade representada pela Cruzada São Sebastião – assim pretendem seus integrantes –, reside em sua abordagem “racional, humana e cristã”. Ainda que em lugar algum de suas formulações estatutárias haja qualquer espécie de conceituação a respeito do que se entenda por “racional”, “humana” ou “cristã”, algumas suposições podem ser elaboradas a partir de suas iniciativas. “Racional”, segundo as indicações da historiografia sobre o tema, faz referência à busca por compreensão de dinâmicas e processos estruturantes do fenômeno da favelização, afim de potencializar uma resposta eficaz à questão da moradia popular na cidade. Já o conteúdo do termo “humano” remete ao componente de valores humanísticos que presidem a Cruzada, uma vez que sua aproximação não partia do respaldo constitucional oferecido pelo direito aos cidadãos, mas das suposições de dignidade humana, tal como eram compreendidas pelo cristianismo progressista nos anos 1950. Já o caráter cristão da “solução” ao “problema” das favelas refere-se às exigências do Evangelho diante de situações de injustiça e ao caráter confessional da mobilização de católicos frente à questão das favelas no Rio de Janeiro.

2.2 - A Cruzada São Sebastião: diferentes frentes de ação

³¹CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. Estatutos. Rio de Janeiro, 1958. p. 1. *Apud* PARISSE, Luciano. *Op. Cit.* p. 175-176.

³²VALLADARES, Lícia do Prado. *Op. Cit.* p. 36-48.

³³*Idem. Ibidem.*

Posto que a amplitude das frentes adotadas pela Cruzada São Sebastião, expressas na fórmula “promover, coordenar e executar medidas”, enfatiza a abrangência de sua intervenção urbana, cabe esclarecer que sua finalidade voltava-se para toda a cidade do Rio de Janeiro. Não se tratava, pois, de construir um conjunto habitacional ou de realizar obras em algumas favelas pontuais circunscritas a determinados bairros, mas de promover uma operação que atravessasse todo o município. Tivesse a Cruzada obtido êxito neste quesito, o Rio de Janeiro não mais conheceria as favelas em sua paisagem, mas conjuntos habitacionais capazes de comportar aqueles moradores que um dia residiram em barracos. Elucidar este ponto é interessante, pois, ao contrário do que hoje é conhecido como a Cruzada São Sebastião no Rio de Janeiro, isto é, o conjunto habitacional localizado no Leblon para acolher os moradores da favela da Praia do Pinto, percebe-se que este seria apenas o ponto inicial da Cruzada, e não seu feito único.

O fato de que, na memória da cidade, confundam-se o Projeto-Piloto Bairro São Sebastião³⁴, como chamava-se originalmente o conjunto habitacional de 910 apartamentos para favelados na Zona Sul carioca, e o projeto mais amplo da Cruzada São Sebastião, conformado por diversas intervenções em outras localidades, como Parada de Lucas, Morro Azul, Morro Santa Marta, Chapéu Mangueira, Cachoeirinha, Rocinha e Cantagalo, evidencia uma visão reduzida daquilo que D. Helder e sua equipe ambicionavam³⁵.

O artigo segundo, por sua vez, chocava-se frontalmente com a controvérsia, explorada no capítulo anterior, dos despejos compulsórios de residentes em favelas, geralmente perpetrados por grileiros ou sujeitos que beneficiavam-se com a ocupação supostamente indevida dos barracos. Supostamente, pois não foram poucos os casos em que moradores, apesar de pagarem os devidos aluguéis ou prestações contratuais dos imóveis, foram pressionados a abandonarem seus lares³⁶. Quando o documento refere-se a “moradia estável para as famílias faveladas”, por exemplo, faz menção direta às condições de permanência dos moradores nas imediações e proximidades de onde haviam construído suas redes

³⁴SLOB, Bart. *Op. Cit.* p. 27.

³⁵*Idem. Ibidem.*

³⁶GONÇALVES, Rafael Soares. O mercado de aluguel nas favelas cariocas e sua regularização numa perspectiva histórica. **GEOgraphia**, Niterói, v. 13, nº. 26, p. 114-135, 2011.

de sociabilidade e solidariedade. Daí, em um primeiro momento, a empreitada de construção dos conjuntos habitacionais vizinhos às favelas, ou, em um segundo momento, a urbanização através da melhoria no equipamento de serviços das áreas favelizadas. Mesmo que se questione os padrões nada específicos do que sejam as “condições satisfatórias” imaginadas pela Cruzada São Sebastião, ou mesmo sua “assistência espiritual”, há de se considerar que as pautas em torno da saúde pública, bem-estar, segurança e estabilidade da habitação já motivavam as demandas populares antes mesmo da atuação da Igreja Católica³⁷. Embora, como estipula o artigo terceiro, a partir da suposta “integração” a condição de favelado não mais exista, as marcas de distinção entre pobres e ricos tornam possível o surgimento da identidade de “exfavelado”, ainda que a referência à possibilidade de ser “assimilado à vida normal do bairro” aponte o desejo de superação das barreiras levantadas pela flagrante desigualdade social presente não apenas no Leblon, mas também em toda a cidade do Rio de Janeiro.

Para desempenhar um projeto desse porte, uma articulação consistente entre as esferas pública e privada fazia-se premente. Sendo assim, o quarto artigo formulava expressamente: “colaborar com o Poder Público e com entidades privadas em tudo aquilo que interessar à realização dos objetivos”, que possivelmente não seriam factíveis sem a mencionada cooperação. Daí, por exemplo, a participação de diversos empresários e industriais nos conselhos estatutários da Cruzada São Sebastião, aqueles mesmos que financiaram ou articularam boa parte dos volumosos investimentos necessários para a realização do 36º Congresso Eucarístico Internacional³⁸. Ou até mesmo a proximidade cultivada entre Dom Helder e os presidentes João Fernandes Café Filho (1954-1955) e Juscelino Kubitschek (1955-1961), especialmente este último.

³⁷GONÇALVES, Rafael Soares. A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: Das origens ao Código de Obras de 1937. In: IX SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2006. São Paulo. *Anais do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. p. 1-22.

³⁸SERBIN, Kenneth. *Op. Cit.*



Figura 3: Juscelino Kubitschek e Dom Helder Camara no Rio de Janeiro. Fotografia desconhecido. 1956. Acervo Particular de Maria Luiza Amarante. Disponível em: nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/primeiro_site/dhc/index.htm. Acesso em: 02 nov. 2017.

O plano contou com a estreita colaboração do Estado, em um movimento que contou, inclusive, com a cooperação das forças conservadoras da sociedade carioca, pois “[...] cristãos e elites anticomunistas buscavam um projeto político para uma sociedade em plena reconstrução”³⁹. Com isso, os interesses eclesiais se coadunavam com os federais no que tange às favelas da cidade, e a convergência desses horizontes fez com que o presidente Café Filho negociasse a disponibilização de generosos cinquenta milhões de cruzeiros para o início das obras de urbanização de alguma favela, desde que a Cruzada honrasse o compromisso de fazê-lo o quanto antes possível. De acordo com as promessas realizadas pela Cruzada, o Rio de Janeiro, dentro de 12 anos, quando celebraria seu quarto centenário em 1967, não mais conheceria os barracos aos sopés ou nos cumes dos morros. Assim noticiava o jornal *Correio da Manhã* ao final do mês de outubro de 1955, em nota comemorativa intitulada “Na data do IV Centenário do Rio estarão urbanizadas todas as favelas”⁴⁰:

O presidente Café Filho solicitou ao Congresso Nacional, em mensagem, a abertura de um crédito especial de 50 milhões de cruzeiros, destinado a auxiliar a Cruzada São Sebastião na campanha de urbanização das favelas que esta entidade, dirigida

³⁹ VALLADARES, Lícia do Prado. *Op. Cit.* p. 79.

⁴⁰ CORREIO DA MANHÃ. Na data do IV Centenário do Rio estarão urbanizadas todas as favelas: Plano de trabalho congregando esforços da iniciativa particular e dos poderes públicos - A Cruzada São Sebastião - Mensagem ao Congresso. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 27 out. 1955.

pelo Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, vai empreender em todo o Distrito Federal.⁴¹

Também os planos de financiamento da Cruzada São Sebastião foram subsidiados inicialmente pelo governo federal. O presidente Juscelino Kubitschek, além de efetivar a transação da verba encaminhada por seu antecessor, assinou o decreto nº 39.635, que conferia à Cruzada o direito de aforamento sobre um terreno de mangues e alagadiços de dois milhões de metros quadrados às margens da Avenida Brasil, para projetos futuros. Por sua vez, a organização se propunha a repassar às firmas encarregadas das construções a sexta parte de cada terreno dragado e aterrado⁴². Era uma iniciativa capaz de gerar dividendos interessantes, pois o local dispunha de qualidades privilegiadas para a construção de um grande mercado de abastecimento para a cidade, cujo fluxo de capital esperado sustentaria o financiamento das obras de urbanização das favelas e livraria a Cruzada da dependência dos recursos governamentais, além de, conseqüentemente, protegê-la das instabilidades políticas⁴³.

Alimentada por três grandes rodovias (Rio-Bahia, Rio-São Paulo e Rio-Belo Horizonte), por duas ferrovias (Central do Brasil e Leopoldina), além de ter um cais atracável, o Mercado São Sebastião se tornaria o maior centro de abastecimento de gêneros alimentícios do país. O Correio da Manhã chegava a noticiar que seria o “maior do mundo”⁴⁴, destinado a centralizar 60% de todo alimento consumido no Rio de Janeiro⁴⁵.

Por sua vez, o quinto artigo estatutário voltava-se explicitamente à polêmica, apontada no capítulo anterior em torno do chamado êxodo rural em direção ao Distrito Federal na década de 1950. A Cruzada São Sebastião deixava claro que, de acordo com sua opinião, o que era tido como o “problema das favelas” articulava-se umbilicalmente à migração de sujeitos oriundos de outros estados da federação, tidas como “áreas subdesenvolvidas”. Tal concepção pejorativa acerca de outros estados não se dava somente por conta de suas economias predominantemente agropecuárias, mas também por serem espaços em

⁴¹*Idem. Ibidem.*

⁴²SIMÕES, Soraya Silveira. Op. Cit. p. 130.

⁴³*Idem.* p. 131.

⁴⁴CORREIO DA MANHÃ. Futuro Mercado Municipal. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 06, 13 jul. 1958.

⁴⁵SIMÕES, Soraya Silveira. Op. Cit. p. 131.

relação aos quais a burguesia carioca imputava uma gama de preconceitos que desejava contrapor, como forma de afirmar uma identidade cosmopolita. A título de exemplo, cabe destacar uma espécie de transposição das noções dualistas em torno do Rio de Janeiro como capital do progresso e da modernidade *versus* o nordeste berço da tradição e dos costumes arcaicos, presente em uma parte expressiva do debate público em torno das favelas, consideradas como uma contaminação rural no espaço urbano⁴⁶. Neste sentido, não era fortuito que o artigo em questão estabelecesse que os migrantes eram sujeitos “atraídos pelas luzes da cidade e aqui transformados em favelados”. Ainda que o discurso da Cruzada São Sebastião não mencionasse explicitamente este tipo de discriminação cultural, sua retórica política empenhava-se em denunciar um suposto inchamento populacional do Distrito Federal, que provocaria a impossibilidade de prover de moradias aos cariocas.

O conceito de “cidade escassa”⁴⁷ desenvolvido por Maria Alice Rezende de Carvalho auxilia a compreensão de que o crescimento populacional, por si só, não é capaz de fundamentar todos os problemas que lhe são atribuídos. A autora percebe que o recurso a tal justificativa cria uma de cortina de fumaça eficiente ao nublar a insuficiência dos esforços institucionais das instâncias formais e legais da cidade em prover a cidadania de seus habitantes. Nas palavras da autora:

Nessa chave, a cidade seria “escassa” [não pelo número de moradores que a constitui, mas] sempre que não comportasse ética e politicamente o conjunto de seus habitantes, isto é, sempre que não garantisse a todos e a cada um a possibilidade de viver em liberdade e de agir com autonomia.⁴⁸

A política de “retorno ao campo” não ficou restrita às disposições estatutárias, mas ocupou um lugar significativo na intervenção da Cruzada São Sebastião. A análise de um de seus panfletos, intitulado “Ajude a conter o êxodo rural”⁴⁹, mostra, em um primeiro momento, o esforço por mobilizar a esfera de influência eclesial nos estados onde o maior número de retirantes migram para o Rio de Janeiro e São Paulo. Tal empenho consistia na combinação de iniciativas

⁴⁶LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ / Revan, 1999.

⁴⁷CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Sobre a remoção das favelas. Rio de Janeiro, **Boletim CEDES**, 2009. p. 3.

⁴⁸*Idem. Ibidem.*

⁴⁹CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. **Ajude a conter o êxodo rural**. Rio de Janeiro, s.d., 1 p. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.

que contraindicariam as jornadas, a partir de relatos sobre as condições desfavoráveis que os retirantes encontrariam nas grandes cidades. Isso viria a desmentir as notícias que circulavam a respeito das oportunidades de trabalho disponíveis no Distrito Federal e em outras grandes cidades. É interessante notar que o panfleto em questão não se dirigia aos migrantes, mas àqueles que supostamente detêm o poder – ou o “prestígio”, como assinala o texto –, de “conte-los”. Assim, o autor do folheto conclamava: “Professora, médico, engenheiro, agrônomo – quem quer que tenha prestígio – ajude o Pároco nesta tentativa de conter o êxodo rural.”. Além de reiterar a fórmula “Os [migrantes] que chegam ao Rio, regra geral, se tornam favelados.”⁵⁰, o panfleto carregava nas tintas ao descrever as circunstâncias que aguardariam os migrantes no Distrito Federal. Desta maneira, logo na segunda página lia-se:

As distâncias são muito grandes; os transportes difíceis; enorme a falta de casas. Se o operário morar longe, como pode chegar às 7 hs. da manhã para o início do trabalho? Acaba construindo com caixotes e folhas de flandres um barraco infecto, sem água, sem luz, sem esgoto, onde a miséria material condiciona e agrava a miséria espiritual.⁵¹

No horizonte de atuação da Cruzada São Sebastião, “miséria material” e “miséria espiritual” eram verso e reverso de uma mesma experiência.

Cabe ressaltar que houve outra iniciativa da Cruzada para socorrer os migrantes, a criação do que denominou “hospedaria de migrantes”⁵². Mesmo que não se tenha notícias acerca do sucesso ou fracasso dessas hospedarias para a promoção do “retorno ao campo”, se houve tentativas de formalização ou institucionalização de tais práticas, ainda assim é relevante assinalá-las a fim de compreender que a atuação da Cruzada se estabelecia em várias frentes e como intervinha no debate público. De acordo com uma manchete veiculada no dia 30 de dezembro de 1955 pelo jornal *Correio da Manhã*, Dom Helder divulgava ao público sua ideia a respeito da criação de estalagens que receberiam, temporariamente, os migrantes recém chegados à capital e, então, os enviaria de volta ao local de origem. Assim noticiava o periódico:

⁵⁰*Idem. Ibidem.* p. 2.

⁵¹*Idem. Ibidem.*

⁵²CORREIO DA MANHÃ. Cruzada de São Sebastião e a urbanização das favelas: Providências para evitar o êxodo rural - Construção de uma hospedaria nesta capital - Fundação de núcleos coloniais - Fala à imprensa d. Helder Câmara. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 02, 30 dez. 1955.

Finalizando suas declarações o arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro adiantou ser também pensamento da Cruzada a construção de uma hospedaria nesta capital, para dar abrigo aos imigrantes nacionais que aqui chegam iludidos pelas aparentes facilidades que proporcionam as grandes cidades, ao mesmo tempo que, com entendimentos que vai entabular com as autoridades, promoverá o rápido regresso do imigrante ao seu estado de origem.⁵³

Apesar de a Cruzada São Sebastião representar uma participação mais ativa por parte da Igreja Católica junto à camada mais pobre da cidade, sua ação não era isenta de mecanismos de controle. Os candidatos a moradores nos prédios do Bairro São Sebastião, predominantemente oriundos da Praia do Pinto, deveriam atender a uma série de entrevistas e corresponder a determinados critérios estabelecidos pela Cruzada, a saber, residir há pelo menos quatro anos na favela, ser relativamente pobre, ter uma família formalmente constituída, isto é, ser legalmente casado, ter filhos registrados e não possuir parentes com antecedentes criminais eram alguns dos pré-requisitos para pleitear um apartamento⁵⁴. Além disso, também houve medidas que buscavam censurar e transformar os costumes dos moradores, como a criação de ordenanças, listas de mandamentos e preceitos para homens, mulheres e crianças. O termo decálogo, empregado para estabelecer a conduta moral que deve ser assimilada e compartilhada, é expressivo do universo linguístico de referência da Cruzada, uma vez que remete à designação utilizada pela exegese bíblica em referência aos dez mandamentos que o Antigo Testamento afirma terem sido recebidos diretamente de Yahvé por Moisés no Monte Sinai. A alusão a “decálogos” faz pensar em uma ordenação de origem divina, e sua proposta concreta dirigida a homens, mulheres e crianças reitera a matriz religiosa que inspira a Cruzada São Sebastião. Desta maneira, não soa estranho que um morador do Bairro São Sebastião, em 1960, tenha afirmado que as assistentes sociais “querem manter um regime de internato de moças nos blocos”⁵⁵.

Um “código de honra”, era assim que este regulamento foi denominado pela equipe da Cruzada. Segundo Nadyr Coutinho, assistente social que trabalhou

⁵³*Idem. Ibidem.*

⁵⁴SIMÕES, Soraya Silveira. *Op. Cit.* p. 176.

⁵⁵SOCIEDADE PARA ANÁLISE GRÁFICA E MECANOGRÁFICA APLICADA AOS COMPLEXOS SOCIAIS. Aspectos humanos da favela carioca (Suplemento Especial). **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 39, 13 abr. 1960.

junto aos moradores da Praia do Pinto e autora da monografia de conclusão de curso intitulada “Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados”, apresentada na Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1958, o código foi escrito de maneira a atender ao “alcance de suas mentalidades”⁵⁶.

Assim, os homens que se beneficiavam das iniciativas da Cruzada São Sebastião eram denominados os “Cavaleiros de São Sebastião”. A eles estava dirigido o seguinte decálogo:

1. Palavra de homem é uma só;
2. Ajude seu vizinho;
3. Bater em mulher é covardia;
4. Sem exemplo não se educa;
5. Homem que é homem não bebe até perder a cabeça;
6. Jogo, só futebol;
7. Difícil não é mandar nos outros: é mandar na gente;
8. Comunismo não resolve;
9. Quero meu direito, mas cumpro minha obrigação;
10. Sem Deus não somos nada.⁵⁷

Provavelmente, a população masculina do Bairro São Sebastião e outros beneficiários da Cruzada teriam alguma dificuldade em entender o significado de um “decálogo” abstrato, mas entendiam muito bem o conteúdo dos preceitos formulados de maneira simples e direta, iniciados com questões de seu cotidiano nos 7 primeiros mandamentos, para concluir-se com a alusão direta ao horizonte de sentido da ação da Cruzada, a oposição ao comunismo, a cristianização e a afirmação de que direitos implicam em deveres. Mesmo que as mulheres já dispusessem do direito ao voto desde a Constituição de 1934, o espaço público, assim como o político, é destinado aos homens conforme o decálogo.

Para as mulheres, as “Legionárias de São Jorge”, destinava-se o seguinte código:

1. Questão fechada: casa limpa, arrumada e bonita;
2. Quando um não quer, dois não brigam;

⁵⁶COUTINHO, Nadyr. Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados. **Monografia de conclusão de curso - Serviço Social** – Escola de Serviço Social, Instituto Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1958.

⁵⁷SIMÕES, Soraya Silveira. *Op. Cit.* p. 165.

3. Anjo da paz e não demônio de intriga;
4. Não vire a cabeça porque o marido não tem juízo;
5. Se o marido faltar, seja mãe e seja pai;
6. Educar de verdade, sem palavrão, sem grito e sem pancada;
7. Seja liga com os educadores de seu filho;
8. Não seja do contra: com jeito se vai à lua;
9. Nada mais triste do que mulher que degenera;
10. Mulher sem religião é pior que homem ateu.⁵⁸

Além da preocupação de designar às mulheres o espaço doméstico, este regulamento sugeria zelo rigoroso com o modo de conduta feminino ideal, que preconizava a maternidade, a família, a obediência ao marido e a dedicação ao lar. Expressivas do lugar social destinado à mulher, a casa, a contemporização nos conflitos, a educação dos filhos e a responsabilidade em última instância por eles, mas não o mundo do trabalho, os mandamentos das “legionárias” resumem o ideal feminino identificado com a figura de um “anjo” e apontam os perigos que acoçam as mulheres na perspectiva de seus formuladores: a intriga, o desvio moral aludido por um impreciso “virar a cabeça”, a violência com os filhos resumida na gradação “palavrão”, “grito” e “pancada”, o “ser do contra” e, cúmulo de todos os males, a “degeneração”, reiteração do perigo do desvio moral. Por alguma razão, o décimo mandamento afirma que “mulher sem religião é pior que homem ateu”, o que vem a corroborar o sentido comum segundo o qual religião é coisa de mulher.

E para as crianças, os “Pequeninos de São Cosme e Damião”, o decálogo prescrevia:

1. Nem covarde, nem comprador de briga;
2. Desgosto aos pais, jamais;
3. Antes só do que mal acompanhado;
4. O que suja mão é pegar no alheio;
5. Menino de bem não diz palavrão;
6. Homem não bate em mulher; é triste mulher que se mete a homem;
7. Não minta nem que o mundo se acabe;
8. Delicadeza cabe em qualquer lugar;
9. Quem não aproveita a escola se arrepende o resto da vida;
10. Quem não reza é bicho.⁵⁹

Para as crianças, o decálogo parece recolher fórmulas de sabedoria popular

⁵⁸ SIMÕES, Soraya Silveira. *Op. Cit.* p. 166.

⁵⁹ *Idem. Ibidem.*

que ouviriam de seus pais e avós, reiterar a importância de uma convivência harmônica e pacífica, sublinhar papéis de gênero sexistas e insistir no papel da escola como instância definidora do futuro dos cidadãos. O décimo mandamento, como nos demais decálogos, destinado a questões de natureza religiosa, surpreende nossas sensibilidades contemporâneas, mas volta a retomar uma fórmula repetida no universo popular: “Quem não reza é bicho.”. Em síntese, Soraya Simões afirma:

Este código de normas morais criado pela Cruzada São Sebastião para os moradores da favela constituía-se de recomendações para uma família ideal, segundo os preceitos da Igreja. As Legionárias se ocupariam da vida doméstica. Os Cavalheiros, ao observarem o código, estariam zelando por suas condutas na vida pública. E os Pequeninos, por fim, aprenderiam a se comportar em determinadas situações e relações.⁶⁰

Vale chamar a atenção para o oitavo mandamento dos Cavalheiros de São Sebastião: “Comunismo não resolve.” Ele se somava a outra disposição interna do novo conjunto habitacional que proibia qualquer reunião de natureza política nos apartamentos do Bairro⁶¹. Ora, estes traços permitem entrever o desejo de contraposição da Cruzada aos militantes comunistas, expresso, inclusive, no fato de Dom Helder se antecipar à União dos Trabalhadores Favelados e organizar, em 1957, o primeiro congresso de órgãos representativos dos favelados da cidade. Nas palavras do Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro: “[...] o Congresso de Representantes de Favela significa uma ponta de lança democrática em redutos que os comunistas acreditavam lhes pertencessem.”⁶², e, também:

Não estamos numa sessão política ou religiosa. Não somos iguais aos candidatos que aparecem antes da eleição e, somem depois, sem cumprir. Somos homens que querem se unir em torno de um ideal, homens católicos, protestantes, espíritas, ou lá o que seja, decididos a melhorar de situação a vida de milhares. Eu só tenho medo dos que não acreditam em Deus, dos comunistas. Cuidado, porque para eles quanto mais miséria existir, haverá mais campo a explorar.⁶³

Ainda que haja uma suposta pretensão ao apartidarismo e ao ecumenismo na

⁶⁰*Idem. Ibidem.*

⁶¹GUARNIERI, Irmã Enny. **Uma experiência de promoção social**: Cruzada São Sebastião. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, 1963.

⁶²TRIBUNA DA IMPRENSA. Fixar o homem no campo para evitar as favelas. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1957.

⁶³*Idem. Ibidem.*

frase: “Não estamos numa sessão política ou religiosa”, o horizonte de ação da Cruzada São Sebastião preconizado por seu idealizador permaneceu claro e nítido: “Eu só tenho medo dos que não acreditam em Deus, dos comunistas. Cuidado [...]”. A escolha dos representantes de cada favela pelo pároco local reitera o temor do Arcebispo, e possibilita inferir que a reunião foi pouco representativa da experiência social e política dos moradores. No mesmo ano de 1957, em agosto, o jornal *Correio da Manhã* veicula uma manchete, logo à segunda página do caderno de sábado, na coluna “D. Helder ao comércio”, em louvor à ação do sacerdote e a respeito dos códigos de conduta previstos para os moradores do conjunto habitacional do Leblon. Sob o título: “Hoje os favelados estão convencidos de que é covardia bater em mulher”⁶⁴, a fotografia de D. Helder, que ilustra a reportagem e cobre uma parte expressiva da notícia, e traz a legenda: “Contra Marx, a aproximação das classes”. Com isso, observa-se como o viés religioso, de cunho pedagógico e moralizante está associado à manifestação política da Igreja Católica no combate às ideologias tidas como subversivas das esquerdas atuantes nos morros da cidade, cuja principal expressão institucional, além do Partido Comunista Brasileiro, se dá através da União dos Trabalhadores Favelados e seu advogado Antoine de Magarinos Torres. No dizer da historiadora Brodwyn Fiscer:

Como a Fundação Leão XIII, a Cruzada São Sebastião era moralista e paternalista, especialmente em seus primeiros anos, e muitas de suas atividades visaram, especificamente, minar a influência comunista; por estas razões, líderes favelados mais radicais frequentemente a encararam com cinismo.⁶⁵

Idealizada como uma espécie de refundação da cidade e dos pactos entre seus cidadãos, a Cruzada São Sebastião carregava consigo a mentalidade e as contradições da Igreja Católica de seu tempo. Anterior ao Concílio Ecumênico Vaticano II, iniciado em 1961, que representou uma ocasião de extraordinária renovação da igreja, possibilitou sua reconciliação com o mundo moderno e pavimentou o caminho da chamada opção preferencial pelos pobres, consolidada nas Conferências do Episcopado Latino Americano (CELAM) em Medellín

⁶⁴CORREIO DA MANHÃ. Hoje os favelados estão convencidos de que é covardia bater em mulher: "Só quando houver reestruturação econômica do país é que os fenômenos de expressão aguda nas favelas serão eficazmente combatidos". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 02, 10 ago. 1957.

⁶⁵FISCHER, Brodwyn. **A poverty of rights**: Citizenship and inequality in twentieth-century Rio de Janeiro. Stanford: Stanford University Press, 2008. p. 75.

(Colômbia, 1968) e em Puebla (México, 1979), eventos eclesiais nos quais D. Helder desempenhou um protagonismo destacado⁶⁶, a Cruzada São Sebastião, em sua ampla proposta inicial, parece, por um lado, se opor a esses novos tempos que já se esboçavam no pensamento e na ação de setores da igreja católica, por seu caráter assistencialista, moralista e controlador e, por outro lado, anunciá-los, pela preocupação com os pobres e com a justiça. Seu fundador e principal artífice não hesita em pensá-la enquanto uma cruzada, pondo em evidência que, se por um lado a proposta parecia estar alinhada com o que de mais progressista era então produzido pela Igreja Católica em matéria de Doutrina Social Cristã, por outro, o horizonte da cristandade medieval presidia o projeto.

O Arcebispo Coadjutor da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1955, continuava a dar provas de sua capacidade de mobilização e articulação. Contudo, ele ainda não era o “Bispo Vermelho” de perigosas ideias subversivas na visão da ditadura militar, ainda que já estivesse distante do líder integralista que fora⁶⁷. A Cruzada, por seu audacioso projeto, anuncia o novo, mas sua titularidade ainda apontava para a permanência de um antigo modelo de cristandade que, na Idade Média, encontrou seu apogeu. A esse respeito, até mesmo o papa João XXIII, Angelo Giuseppe Roncalli, responsável por ter convocado o Concílio Ecumênico de 1961, chamou a atenção de D. Helder quando se encontraram. Segundo as memórias do arcebispo brasileiro, o papa teria lhe dirigido as seguintes palavras:

- Vê-se que você não conhece o Oriente Médio! Se você tivesse conhecido o Oriente Médio, não se teria servido desta palavra ‘cruzada’ para seu trabalho de libertação dos pobres! Porque, mau grado aquilo que frequentemente dizem os historiadores, aquelas malditas cruzadas escavaram um fosso muito difícil de preencher entre nós e os muçulmanos.⁶⁸

Desta maneira, não se pode perder de vista o perfil religioso que permeia a mobilização da Cruzada São Sebastião. Impregnado pelo receituário da doutrina cristã, o idealizador da Cruzada não hesitava em proclamar a natureza catequética de sua obra. Como D. Helder deixa claro em sua resposta ao jornalista Carlos Lacerda, que o acusava de uma atuação excessivamente política para um

⁶⁶ARAÚJO, Edvaldo Manuel de. **Dom Helder Camara**: profeta-peregrino da justiça e da paz. São Paulo: Idéias& Letras, 2012. p. 197 – 203.

⁶⁷PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Op. Cit.* p. 135 – 140.

⁶⁸ARAÚJO, Edvaldo Manuel de. *Op. Cit.* p. 95.

sacerdote, publicada no jornal *Tribuna da Imprensa* em 02 de maio de 1956:

“Deus sabe que é catequética, essencial e profundamente catequética nossa atuação na Favela. [...] Parássemos no plano social e estaríamos às voltas com ‘aspectos fascinantes’ da missão da Igreja; mergulhamos na catequese, vivemos catequese; estamos dentro da mais pura e essencial missão que nos foi confiada por Nosso Senhor Jesus Cristo.”⁶⁹

Geralmente voltadas para o panorama das iniciativas públicas voltadas à atuação em favelas, algumas abordagens históricas sobre a Cruzada não enfatizam o apelo católico que a constitui e orienta seu horizonte de atividade. Hoje, uma historiografia recente tem se dedicado a revisitar os propósitos missionários e evangelizadores que estavam envolvidos não somente na intervenção de Dom Helder, mas também na de Dom José Távora, e chamam atenção para a conduta pedagógica e moralizante que as constituem, manifestas de maneira distinta daquelas que se apresentavam em projetos governamentais como os Parques Proletários, por exemplo. Tais estudos apontam para conexões e diálogos transnacionais entre os sacerdotes da Igreja Católica, principalmente entre os padres operários franceses e aqueles associados ao catolicismo progressista no Brasil. Desde figuras nacionais, como o leigo Alceu Amoroso Lima e os já mencionados D. Helder e D. Távora, até franceses como o teólogo Jacques Maritain, o padre Louis-Joséph Lebreton e Abbé Pierre, para elencar alguns nomes, a interlocução entre esses sujeitos produziu os mais diversos efeitos de um lado e de outro do Atlântico. No Brasil, organizações como o 36º Congresso Eucarístico Internacional, a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião representam experiências significativas dessa circulação de ideias e aproximações culturais, como as duas figuras seguintes podem indicar. De acordo com Letícia Freire, Rafael Gonçalves e Soraya Simões:

Todas essas ações que tiveram lugar na França pautaram, em grande medida, aquelas implementadas por militantes católicos na urbanização das favelas do Rio de Janeiro. Nos dias de hoje, o testemunho mais eloquente e visível desse empreendimento realizado na cidade nos anos 1950 – os prédios construídos pela associação Cruzada São Sebastião, no bairro do Leblon – tem suas raízes em uma interlocução fecunda entre Dom Hélder Câmara, seu fundador, e duas grandes

⁶⁹DOM HELDER CAMARA. Resposta de D. Hélder Câmara à Carlos Lacerda: Juscelino Kubitschek é o legítimo Presidente do Brasil - Os verdadeiros objetivos da obra de urbanização das favelas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 8, 02 abr. 1956.

personalidades da Igreja: Abbé Pierre e Louis-Joseph Lebet. Animada pelas conversas mantidas com Abbé Pierre e outros padres e cardeais franceses, inclusive durante o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro, em 1955, a política de “urbanização” proposta por Dom Helder abriu uma nova perspectiva acerca do debate sobre as favelas na arena pública da antiga capital do país, representando, [...], um novo impulso na politização do tema no cenário brasileiro.⁷⁰



Figura 4: Dom Helder apresentando as obras da Cruzada São Sebastião para visitantes estrangeiros, entre eles Abbé Pierre. Fotógrafo desconhecido. s.d. Acervo Particular de Maria Luiza Amarante.



Figura 5: Padre Luois-Joseph Lebet, de branco à esquerda, e Dom Helder, à direita. Fotógrafo desconhecido. s.d. Acervo Particular de Aglaia Peixoto.

Finalmente, embora a Cruzada São Sebastião, durante certo período, dispusesse de significativa expressão política, ela gradualmente perdeu influência após a eleição do jornalista Carlos Lacerda para exercer o cargo de governador da Guanabara, em 1960. Mudanças institucionais foram aplicadas pelo governo, acirrando o conflito existente entre o novo governador e Dom Helder, o que de alguma forma colaborou para a transferência do arcebispo para a Diocese de Olinda e Recife em 1964, minando aos poucos o poder local de mobilização da Cruzada. Tratava-se de um momento repleto de contradições, que atravessavam não somente a cidade, mas a sociedade e a instituição eclesiástica.

⁷⁰FREIRE, Leticia de Luna; GONÇALVES, Rafael Soares; SIMÕES, SorayaSilveira. “A contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil”. *Cuadernos de Antropología Social*, nº 31, p. 103,2010.

Conclusão

Provavelmente o carnaval carioca é uma das ocasiões festivas mais emblemáticas do calendário brasileiro. Sua visibilidade nacional e internacional é imensa e a festa é feita não apenas pelos cariocas, mas também pelos migrantes de diversos estados, pelos imigrantes estrangeiros, e pelos turistas vindos dos quatro cantos do planeta, todos animados pelos dias de folia que agitam a cidade. Marcas distintivas dessa celebração secular são as canções que embalam blocos carnavalescos em ritmo de marchinhas, modinhas e sambas que fazem vibrar corpos e vozes nos dias em que a cidade vive a inversão dos papéis e lugares sociais e a relativa abertura para a expressão popular.

Em 1956, os foliões no Rio de Janeiro entoaram repetidas vezes a marcha de carnaval “Obrigado, Reverendo”, de autoria do sambista Luis Antônio e propagada nas rádios da cidade pela voz da cantora Heleninha Costa. O “Reverendo” no título da canção era uma referência direta a Dom Helder Camara, enquanto o agradecimento remetia às obras da Cruzada São Sebastião, principalmente ao conjunto habitacional construído no Leblon. Em clave comemorativa, a música pretendia encarnar o sentimento de gratidão daqueles moradores das favelas que seriam atendidos pela Cruzada, em especial os que seriam posteriormente transferidos para os apartamentos do Bairro São Sebastião.

Mesmo que, àquela altura, as obras do Bairro São Sebastião ainda estivessem em estágio inicial, a marchinha antecipava a conclusão dos edifícios e apresentava seus votos de agradecimento e sua celebração. Assim Heleninha Machado cantava e, junto dela, não poucos cariocas faziam coro:

Obrigado, Reverendo
Deus lá no céu está vendo
A nossa gratidão.
Acabou meu sofrimento,
Você fez apartamento
Em lugar de barracão.
E a favela diz bem alto
Quem traz o morro para o asfalto
Tem o nosso coração.
Ai, ai, só vendo Reverendo,
Só vendo, quanta alegria.
Ai, ai, só vendo Reverendo,

Só vendo, o olhar de Maria.¹

Tomada como uma síntese, por conta da gama de significados que concentra em relação à Cruzada São Sebastião, esta canção pode atender ao propósito de fazer convergir as distintas hipóteses levantadas ao longo do trabalho. Desta maneira, é possível identificar a marchinha carnavalesca de 1956 como um resultado daquele primeiro esforço realizado pela Cruzada, ainda em 1955, quando mobilizou um aparato de significativa expressividade pública a fim de anunciar as pretensões da organização: por um lado, o que considerava a “solução do problema das favelas” em 12 anos; e, por outro, a intervenção eclesial nas questões da moradia popular no Rio de Janeiro. Na esteira da cobertura jornalística oferecida à campanha da Cruzada, e dos pronunciamentos públicos e reuniões promovidas pela diocese, a música atribuía ao bispo auxiliar da cidade um protagonismo evidente, como o centro irradiador de ação da Cruzada. Tal atributo, anunciado já no título da canção, e retomado ao longo das estrofes pela repetição do termo deferente “Reverendo”, aponta para uma especificidade presente na prática da organização: o emprego de um discurso caritativo, orientado pelas premissas católicas de comportamento cristão, operado através do vocabulário religioso. No interior deste dispositivo discursivo funcionam dois sujeitos, que a marcha de carnaval capta como se estivessem em um diálogo, aquele cuja função – ativa – destina-se a doar (o “Reverendo”), e aquele cuja função – passiva – é a de receber (a “favela”); e um objeto, a dádiva (o “apartamento em lugar de barracão”). A partir deste registro torna-se possível compreender a razão do agradecimento expresso nos versos escritos pelo sambista Luis Antônio.

Mais uma vez o horizonte do compromisso confessional aparece com destaque. Não apenas pela insistente referência ao “Reverendo”, mas também em fórmulas como “Deus lá no Céu está vendo”, observa-se a inscrição do projeto no âmbito de atuação da Igreja Católica, uma vez que tais expressões fazem alusão às figuras simbólicas que ordenam o universo religioso da Cruzada São Sebastião. Mesmo que ao longo dos seus anos de atividade, a Cruzada tenha nutrido proximidade com a esfera de poder governamental, sua intervenção não se

¹ CASTRO, Marcelo; DINIZ, Edson; RIBEIRO, Paula. **Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012. p. 73.

confundia com as entidades de natureza estatal, pois assumia nítidos contornos religiosos. Além disso, diferente de outras instituições contemporâneas, como a União dos Trabalhadores Favelados, por exemplo, que, em linhas gerais, ambicionava formular um discurso capaz de subsidiar o acesso aos direitos civis dos moradores das favelas², a Cruzada lançava mão de um ideário humanitário, o que reitera o sentido da gratidão veiculado pela canção.

A menção positiva ao “apartamento”, por oposição à imagem pejorativa evocada pela referência ao “barracão”, carrega na economia das palavras da canção uma representação depreciativa das favelas, resumida no sentimento de “sofrimento”. Ainda que as condições materiais de existência nos morros da cidade fossem contestadas por seus moradores, eles mesmos ávidos por melhorias das habitações e dos equipamentos urbanos³, manifestações contrárias à redução da favela à sua estética ou supostamente moral, através de sambas-canção, por exemplo, eram recorrentes. Por meio das canções compostas por moradores das favelas da cidade ou dos que assumiam sua ótica, tais regiões e seus habitantes eram valorizados, assim como seus vínculos de sociabilidade e laços de solidariedade desprezados pela condenação preconceituosa do “asfalto” para com o “morro”⁴.

Novamente a construção da figura de Dom Helder é envolta por uma aura mistificadora, como “homem providencial”⁵. O “Reverendo”, além de ser o objeto de gratidão, é o responsável por fazer “acabar o sofrimento”, construir “apartamento em lugar de barracão”, “trazer o morro para o asfalto” e “ter o nosso coração”. Tais imagens, ao lançarem mão de recursos alegóricos, apontam feitos de ordem quase miraculosa, sustentando atributos que permitem identificar o arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro como um personagem relevante entre representantes de instituições em disputa pelo protagonismo nas favelas⁶, uma

² GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: História e direito**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Pallas, 2013. p. 153.

³ AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. União como acesso à cidade: a UTF entre a história e a memória do movimento associativo de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 7, 2013. p. 176-177.

⁴ FISCHER, Brodwyn. **A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth century Rio de Janeiro**. Stanford: Stanford University Press, 2008. p. 14-18.

⁵ GIRARDET, Raoul. O salvador. In: _____. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 63-96.

⁶ AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. O advogado e os “Trabalhadores Favelados”: Antoine de Magarinos Torres e a prática política nas favelas cariocas dos anos 1950 e

1979). Tais eventos contaram com uma destacada articulação promovida por D. Helder e contribuíram para a formulação da chamada opção preferencial pelos pobres, a qual embasou a *práxis* pastoral que viria sustentar as proposições da Teologia da Libertação alguns anos mais tarde⁹.

Desta maneira, assim como o 36º Congresso Eucarístico Internacional marcou uma aproximação entre alguns sacerdotes, religiosos e leigos brasileiros de tendência progressista e certos padres franceses atuantes no meio operário, também os eventos anteriormente mencionados intensificaram uma interlocução de significativa renovação eclesial entre religiosos latinoamericanos.

Porém, o contexto nacional e local seguia uma direção diversa daquela que passa a orientar a igreja católica a partir dos anos 1960. Com a inauguração de Brasília a cidade do Rio de Janeiro passou a integrar o recém-criado estado da Guanabara e, no mesmo ano, o polêmico jornalista Carlos Lacerda, principal opositor de D. Helder por considerar que o arcebispo exercia uma atuação demasiadamente política, é eleito prefeito, reduzindo gradativamente o potencial de mobilização da Cruzada São Sebastião. Em 1964 a polarização política extrapola as instâncias da administração nacional e estadual, conflagra conflitos no interior de organizações da sociedade civil, atinge uma considerável capilaridade social e acirra tensões presentes no seio da própria Igreja Católica. Poucos dias após o golpe civil-militar de 1964, a transferência de D. Helder para a diocese de Olinda e Recife é oficializada, a fim de afastá-lo das agitações políticas em terras cariocas.

No que diz respeito às favelas do Rio de Janeiro, os anos que se sucederam ao golpe civil-militar inauguraram um período traumático de expressivo retrocesso. Se ao longo das décadas de 1940 e 1950 o estatuto jurídico das favelas já se encontrava instável, tais construções sobreviviam apesar das ameaças cotidianas e seguidos ataques à sua presença na cidade – sustentadas por um “congelamento”¹⁰ das disputas judiciais e “tolerância”¹¹ em torno de sua permanência. A década seguinte foi marcada não mais pelas tentativas de despejo,

⁹ARAÚJO, Edvaldo Manuel de. **Dom Helder Camara**: profeta-peregrino da justiça e da paz. São Paulo: Idéias& Letras, 2012. p. 197 – 203.

¹⁰ GONÇALVES, Rafael Soares. “Tolerar sem consolidar”. In: _____. **Favelas do Rio de Janeiro**: história e direito. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio / Pallas, 2013. p. 171-204.

¹¹ *Idem. Ibidem.*

mas pelos decretos de remoção compulsória e misteriosos incêndios¹². Carlos Lacerda, governador da Guanabara, deu início aos projetos de remoção como política de Estado, planejada *pari passu* com as verbas disponibilizadas pela *United States Agency for International Development* (USAID), que financiava a construção de conjuntos habitacionais nos arrabaldes da cidade para atender os moradores removidos das favelas na Zona Sul carioca¹³.

A imagem simbólica das favelas em chamas, ou até mesmo dos tratores derrubando os barracos ainda marca a memória dos cidadãos. As lembranças desses anos, especialmente dos acontecimentos traumáticos que atingiram a sociedade civil carioca, são eloquentes, seja para a própria configuração geográfica da cidade, seja para a experiência daqueles que a vivenciaram e hoje dão seus testemunhos. Nos anos 2010 um grupo de antigos moradores da Praia do Pinto cantaram um samba, registrado pelas câmeras dos cineastas Anderson Quack e Luiz Antonio Pilar no documentário *Remoção*¹⁴, que expressa a construção controversa da cidadania no Rio de Janeiro. Assim cantaram os atuais moradores da favela de Nova Holanda:

Antigamente eu morava no Leblon,
 Para chegar no meu trabalho,
 Não pegava condução.
 Mas, hoje em dia,
 Pego o Mauá - Caxias,
 Salto na Praça Mauá,
 E pego um tal de Harmonia.
 Vou batendo na marmita,
 Alegremente a cantar,
 Pensando no outro dia,
 Que tem que trabalhar.
 O trabalho não me cansa,
 O que me cansa é pensar,
 Naquele maldito incêndio,
 Que destruiu o meu lar.
 Não tenho tempo para nada,
 Não posso mais passear,
 Dispensei a namorada,
 Só penso em trabalhar.
 Agora vejam vocês,

¹²GONÇALVES, Rafael Soares. “Do controle negociado à erradicação das favelas”. In: _____. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio / Pallas, 2013. p. 205-230.

¹³AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. Golpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual. Rio de Janeiro, **Revista Acervo**, v. 27, n. 1, 2014.

¹⁴REMOÇÃO. Direção: Luiz Antonio Pilar; Anderson Quack. Rio de Janeiro: Lapilar Produções Artísticas, 2013. 1 DVD (85 min.), Color.

Aonde eu vim morar,
Em Cordovil,
Pertinho do Irajá.¹⁵

O contraste entre o “antigamente” no Leblon e o “hoje em dia” no Cordovil não deixa margem a dúvidas. No Leblon não era preciso “pegar condução” para chegar ao trabalho, mas a distância entre Cordovil e o emprego parece menos desgastante do que a maratona de transportes precários, caros e por vezes com um trajeto pouco lógico que o trabalhador passa a ser obrigado a enfrentar. Por isso, na percepção do autor da letra autobiográfica, depois da remoção ele “só pensa em trabalhar”, não tem tempo para nada, não pode mais passear e, cúmulo da desgraça, não teve outra alternativa senão “dispensar a namorada”. Ainda que busque na cadência do ritmo marcado na marmita a alegria de quem aprendeu a enfrentar a dureza da vida “a cantar”, quando pensa no outro dia que virá, mais uma vez, o trabalho é seu horizonte único.

Mesmo afirmando que “o trabalho não me cansa”, ele sabe que “mora” no Cordovil, “pertinho do Irajá”, mas que “seu lar” era o Leblon, porque era ali onde não apenas morava e trabalhava, mas onde tinha tempo para si, podia passear, podia pensar em outras coisas que não o trabalho, e encontrava espaço e possibilidade para os amores. O incêndio é “maldito” porque destruiu seu barraco, mas também porque a remoção para Cordovil fez com que aprendesse duramente a diferença entre “morar” e “ter um lar”.

A Cruzada São Sebastião não é mencionada no sambinha da Nova Holanda. Seus autores desconhecidos não agradecem ao “Reverendo”, aparentemente esquecido, porque não estavam entre aqueles que receberam um apartamento e foram removidos. Sua memória, como todas as memórias feita de recordações e de esquecimentos é, portanto, outra, ainda que o incêndio “maldito” e o Leblon dos tempos idos permaneçam em suas lembranças.

Cabe sublinhar, por fim, que uma iniciativa como aquela proposta pela Cruzada São Sebastião, no sentido de atender os moradores das favelas fazendo com que permanecessem no perímetro de seus antigos lares, tornou-se excepcional. No dizer de Lícia Valladares: “A Cruzada foi também a primeira intervenção a produzir uma ação quantitativamente significativa de produção de

¹⁵*Idem. Ibidem.*

moradias permanentes, em um terreno bem próximo, para favelados [...].”¹⁶. Criada em função de problemas particularmente cariocas em torno da habitação popular, articulada às implicações da política nacional, e informada por diálogos transnacionais no âmbito da Igreja Católica, a Cruzada São Sebastião como objeto de investigação histórica dá a ver um caleidoscópio de possibilidades para compreender a complexa formação da cidadania no Rio de Janeiro.

¹⁶VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 78.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. A favela está fazendo 100 Anos (Sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade). In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1993, Belo Horizonte. **Anais do V Encontro Nacional da ANPUR**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1993.

ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.º 2, p. 47-58, 1986.

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO; J. Zahar, 1987.

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 14, n.º 37, 1994.

ABREU, Maurício de Almeida; VAZ, Lilian Fessler. Sobre as origens da favela. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1991, Salvador. **Anais do V Encontro Nacional da ANPUR**. Salvador: ANPUR, 1991.

ALMEIDA, Jorge Ferreira de; GOMES, Angela de Castro. **Jango: As múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

AMOROSO, Mauro. A favela faltou na foto: a cobertura do desmonte do Santo Antônio pelas lentes do Correio da Manhã. **Revista Cantareira**, Niterói, v. 1, n.º 1, 2009.

AMOROSO, Mauro. **Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã**. 2006. 86 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006.

AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. Golpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual. **Revista Acervo**, Rio de

Janeiro, v. 27, n.º. 1, 2014.

AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. Memória hagiográfica e movimentos sociais urbanos: A militância de Antoine de Magarinos Torres Filho nas favelas cariocas. Rio de Janeiro, **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n.º. 4, 2015.

AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. O advogado e os “Trabalhadores Favelados”: Antoine de Magarinos Torres e a prática política nas favelas cariocas dos anos 1950 e 1960. Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**, v. 29, n.º. 59, 2016.

AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. União como acesso à cidade: a UTF entre a história e a memória do movimento associativo de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.º. 7, 2013.

ARAÚJO, Edvaldo Manuel de. **Dom Helder Camara: profeta-peregrino da justiça e da paz**. São Paulo: Idéias& Letras, 2012.

AUYERO, Javier; FISCHER, Brodwyn; McANN, Bryan (Eds.). **Cities from scratch: poverty and informality in urban Latin America**. Durham: Duke University Press, 2014.

AZEVEDO, Lena; FAULHABER Lucas, **SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

BROUCKER, José de. **Les conversions d'un Evêque: entretiens avec José de Broucker**. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

BRUM, Mario Sergio. “Irregular, ilegal e anormais”: O estigma como política de Estado e a remoção de favelas no Rio de Janeiro pela CHISAM (1968-1973). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.º. 4, 2010.

BURGOS, Marcelo Baumann; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. A cidade como problema público: reflexão sobre o futuro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, **Prumo**, v.1, n.º. 1, 2015.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cidade Escassa e violência urbana. Rio de Janeiro, **Série Estudos (IUPERJ)**, n.º. 91, 1995.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Sobre a remoção das favelas. Rio de Janeiro, **Boletim CEDES**, 2009.

CASTRO, Marcelo; DINIZ, Edson; RIBEIRO, Paula. **Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

COUTINHO, Nadyr. Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados. **Monografia de conclusão de curso - Serviço Social** – Escola de Serviço Social, Instituto Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1958.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Eds.). **Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório Final da Comissão da Verdade do Rio**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

FISCHER, Brodwyn. **A poverty of rights: Citizenship and inequality in twentieth-century Rio de Janeiro**. Stanford: Stanford University Press, 2008.

FISCHER, Brodwyn. Democracy, thuggery and the grassroots: Antoine Magarinos Torres and the União dos Trabalhadores Favelados in the age of carioca populism. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2013.

FISCHER, Brodwyn. The red menace reconsidered: a forgotten history of communist mobilization in Rio de Janeiro's favelas, 1945 – 1964. **Hispanic American Historical Review**, v.1, n.º. 94, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

FREIRE, Leticia de Luna; GONÇALVES, Rafael Soares; SIMÕES, SorayaSilveira. “A contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil”. **Cuadernos de Antropología Social**, n.º 31, 2010.

FREIRE, Leticia de Luna; MELLO, Marco Antonio da Silva; SILVA, Luiz Antonio Machado da; SIMÕES, Soraya Silveira (Orgs.). **Favelas cariocas: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Rafael Soares. A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: Das origens ao Código de Obras de 1937. In: IX SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2006.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: História e direito**. Rio de Janeiro: Editora PUC / Pallas, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares. O mercado de aluguel nas favelas cariocas e sua regularização numa perspectiva histórica. **GEOgraphia**, Niterói, v. 13, nº. 26, 2011.

GUARNIERI, Irmã Enny. **Uma experiência de promoção social: Cruzada São Sebastião**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, 1963.

HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

KONDER, Leandro. **Memórias de um intelectual marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli (Orgs.). **Direitos e justiça – histórias plurais**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 4^a ed., 2006.

LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ / Revan, 1999.

MATTOS, Romulo Costa. O recrudescimento da crise habitacional e a criação de

leis de incentivo à construção de habitações populares no início dos anos 1920. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n.º. 1, 2015.

MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República**. 2008. 138 f. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2008.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Brasil, acertai vossos ponteiros**. Rio de Janeiro: MAST, 1991.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A “Batalha do Rio de Janeiro” e a representação da “favela”. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, 2010. Rio de Janeiro. **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio**. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2010.

OLIVEIRA, Samuel. “A Cruzada São Sebastião e a política de favelas no Rio de Janeiro”. **Anais do XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG)**. Mariana: UFMG, 2012.

PARISSE, Luciano. **Favelas do Rio de Janeiro: evolução – sentido**. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969.

PECHMAN, Robert Moses (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1994.

PESTANA, Marco Marques. **A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954 – 1964)**. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2013.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia**. São Paulo: Ática, 1997.

ROMANO, Rugiero *et al.* **Memória - História**. Enciclopédia Einaudi. v. I. Lisboa: Casa da Moeda / Imprensa Nacional, 1986.

SERBIN, Kenneth. “Church-State reciprocity in contemporary Brazil: The convening of the International Eucharistic Congress of 1955 in Rio de Janeiro”.

In: **The Helen Kellog Institute for International Studies**, Notre Dame, nº. 229, 1996.

SIMÕES, Soraya Silveira. “Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro”. Tese de doutorado em antropologia. Niterói: UFF/ICHF/PPGA, 2008.

SLOB, Bart. **Do barraco para o apartamento**: a “humanização” e a “urbanização” de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro. Vakgroep Talen en Culturen van Latijns-Amerika: Universiteit Leiden, Holanda, 2002.

SOCIEDADE PARA ANÁLISES GRÁFICAS E MECANOGRÁFICAS APLICADAS AOS COMPLEXOS SOCIAIS DO RIO DE JANEIRO. Aspectos humanos das favelas cariocas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1960.

VALLA, Victor Vincent. “Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980”. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 1, p. 284, jul./set., 1985.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem ao favela.com. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, Gilberto Cardoso Alves. **Projeto e metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Arquivos consultados

Acervo Maria Luiza e Edgar Amarante, Núcleo de Memória da PUC-Rio

Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional